

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 752

As Universidades Federais: Gastos, Desempenho, Eficiência e Produtividade

Paulo Roberto Corbucci

Brasília, agosto de 2000

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 752

As Universidades Federais: Gastos, Desempenho, Eficiência e Produtividade

Paulo Roberto Corbucci*

Brasília, agosto de 2000

* *Da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC)/IPEA.*

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares Ministro
Guilherme Dias Secretário Executivo

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

DIRETORIA

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 130 exemplares

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Brasília DF:

SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10º andar

CEP 70076-900

Fone: (61) 315 5374 Fax: (61) 315 5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

EQUIPE

Coordenação: Marco Aurélio Dias Pires; **Secretaria:** Andréa Rosane

Produção: Suely Ferreira; **Apoio:** Aeromilson Mesquita

Revisão: Carlos Alberto Vieira, Isabel Villa-Lobos Telles Ribeiro;

Flávia Nunes de Andrade e Luciana Soares Sargio (estagiárias)

Edição de Texto e Projeto Gráfico: Chico Villela

Edição Gráfica: Iranilde Rego (coord.); Cecília Bartholo, Edineide Ramos,

Francisco de Souza Filho, Lúcio Flavo Rodrigues

Impressão: Edilson Cedro Santos

Divulgação: Magali Ribeiro (coord.); Edinaldo dos Santos, Gardênia Santos, José Peres, Mauro Ferreira

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro RJ:

Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar

CEP 20020-010

Fone: (21) 804-8118 Fax: (21) 220 5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

- 1 INTRODUÇÃO **5**
- 2 OS GASTOS DO MEC COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS **6**
- 3 O DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS **27**
- 4 EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS **44**
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **64**
-



A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, por intermédio do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede IPEA, operacionalizado pelo Projeto BRA/97/013 de Cooperação Técnica com o PNUD.

SINOPSE

O presente estudo tem por objetivo oferecer subsídios para o debate que se instala em torno da questão da gestão da universidade pública brasileira. Para tanto, levanta e analisa os gastos do MEC com as universidades federais e busca, por meio de dados de desempenho, estabelecer indicadores de eficiência e produtividade, ao longo do período 1995/1998. Em linhas gerais, constatou-se que, a despeito de ter crescido o montante aportado pelo MEC às universidades federais, houve redução nos gastos operacionais dessas instituições. Paralelamente, houve ampliação do acesso e do número de profissionais formados, tanto em relação à graduação quanto à pós-graduação *stricto sensu*, assim como crescimento da produção científica. Isso sugere que houve ganhos em termos de eficiência e produtividade, ainda que se saiba que as universidades públicas têm buscado fontes alternativas de financiamento.

ABSTRACT

*This study aims to offer subsidies to the debate on the managerial question of the Brazilian public university. To do that, it collects and analyses MEC's expenditures with federal universities and tries to establish efficiency and productivity indicators during the period between 1995 and 1998. In general terms, it was observed that, despite the growth of the amount of resources that MEC allocated to the federal universities, there was a reduction at the operational expenditures of those institutions. Simultaneously, there was an expansion of the access and number of graduated *stricto sensu* and post-professionals, and a scientific production growth. This suggests that there were gains in terms of efficiency and productivity, although we know that the public universities have looked for alternative means of financing.*

1 INTRODUÇÃO

A questão do financiamento do ensino superior público vem sendo alvo de intensos debates nos últimos anos, tanto no âmbito acadêmico quanto nas esferas de governo. Em linhas gerais, duas correntes ou concepções se embatem no que se refere às conclusões e aos encaminhamentos propostos acerca da estrutura atual de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A primeira corrente tem como entendimento que os gastos da União com o ensino superior estariam subsidiando a camada mais privilegiada da sociedade, pois a maioria dos alunos matriculados nas IFES seria oriunda desse estrato social. Além disso, argumenta-se que o gasto *per capita* dessas instituições no Brasil seria demasiadamente elevado.

Por sua vez, o argumento da corrente que se opõe a esse entendimento expressa que o governo federal estaria comprimindo o orçamento das IFES, reduzindo e desestimulando os quadros de pessoal qualificados, ou seja, promovendo o sucateamento dessas instituições.

As discussões e os debates acerca dessa temática, em âmbito nacional, foram intensificados com o envio ao Congresso Nacional, em 1996, de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que incluía a questão da autonomia universitária. A falta de consenso sobre a matéria também foi evidenciada no âmbito daquela Casa, na medida em que se encerrou a legislatura em janeiro sem que a referida PEC tivesse avançado além da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, de tal forma que o seu destino foi o arquivamento.

Sabe-se, no entanto, que esse debate será recolocado na agenda política desse novo mandato de governo, não só pelo fato de não se ter produzido qualquer mudança concreta, como também em face das dificuldades precipitadas pela conjuntura econômica e pelo conseqüente ajuste fiscal.

Considere-se que, além das naturais posições ideológicas que orientam ambas as correntes políticas referidas, há carência tanto de dados objetivos quanto de análises que possam instrumentalizar os decisores políticos.

O presente estudo, que tem por unidades de análise as universidades federais (UF) mantidas pelo MEC e como recorte temporal o período 1995/1998, subdivide-se em três capítulos, além desta introdução. No capítulo 2, são apresentados e analisados os gastos da União com as universidades federais, realizados pelo MEC. No terceiro, são apresentados e analisados alguns indicadores de desempenho dessas UF. Por fim, no último capítulo, são avaliados os desempenhos dessas instituições à luz dos gastos antes mencionados, por intermédio de indicadores de eficiência.

2 OS GASTOS DO MEC COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Utilizou-se, como fonte de dados financeiros, a base produzida pelo Grupo do Gasto Social, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) do IPEA. Os gastos foram consolidados e analisados em seus valores correntes, tendo em vista as seguintes razões principais; (i) os índices inflacionários oficiais para o quadriênio de estudo foram consideravelmente baixos; (ii) em sua maior parte, os gastos com as UF correspondem ao pagamento de pessoal, para o qual não houve reajustes generalizados ao longo do período; e (iii) há comparabilidade com as informações divulgadas pelos demais órgãos da administração federal.

O procedimento inicial consistiu na consolidação dos gastos por Unidade Orçamentária (no caso, por universidade), para cada um dos quatro anos do período. Em seguida, esses dados foram desagregados segundo as categorias que se seguem:

a) *Gastos com pessoal*: salários diretos; salários indiretos (auxílio-creche, auxílio-alimentação, vale-transporte, auxílio-saúde); PIS/PASEP; precatórios; e aposentadorias e pensões.

b) *Despesas de capital*: em todos os níveis de ensino oferecidos pelas IFES (fundamental, médio e superior), bem como aquela destinada à operacionalização do SUS.

c) *Outras despesas correntes*: em todos os níveis de ensino oferecidos pelas IFES (fundamental, médio e superior), bem como aquela destinada à operacionalização do SUS.

As unidades orçamentárias consideradas para efeito deste estudo foram apenas as universidades federais (UF), permanecendo fora desse recorte as demais IFES: Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e instituições isoladas. A exclusão dos CEFET foi devida à sua natureza híbrida, consubstanciada na oferta de serviços educacionais que abrangem não só o ensino superior, mas também o médio. Assim, entendeu-se que as análises comparadas entre essas IFES e as universidades seriam enviesadas. Por sua vez, as instituições isoladas foram excluídas em virtude de sua atuação por vezes pontual, o que também dificulta as análises comparadas com as instituições universitárias.

São também apresentados, no escopo deste capítulo, alguns indicadores de gasto, com o objetivo de identificar relações entre as diversas modalidades de despesa, bem como aventar possíveis prioridades estabelecidas. São eles:

- (a) gasto operacional com pessoal/gasto operacional total;¹
- (b) gasto com inativos e pensionistas/gasto total;²
- (c) gasto com inativos e pensionistas/gasto operacional com pessoal;

¹ Em ambos os casos, foram excluídas as despesas com aposentadorias/pensões e precatórios.

² Exclusive despesas com precatórios.

(d) despesas de capital/gasto operacional total;³ e

(e) outras despesas correntes/gasto operacional total.⁴

2.1 Análise do Gasto Serão apresentadas a seguir as séries históricas dos gastos do MEC com as universidades federais, segundo as categorias que se seguem: (i) gasto total; (ii) gasto com pessoal; (iii) gasto com pessoal ativo; (iv) gasto operacional com pessoal; (v) gasto com inativos e pensionistas; (vi) gasto com sentenças judiciais; (vii) despesas de capital; e (viii) outras despesas correntes.

Ainda que as tabelas referentes a essas modalidades de gasto sejam apresentadas com valores absolutos em ordem decrescente, não se objetivou estabelecer qualquer *ranking* entre as UF, até porque esses montantes só guardam sentido se relacionados com suas dimensões físicas e de atendimento. Também são analisadas algumas inter-relações entre essas categorias de gasto, no intuito de se levantarem perfis institucionais relativos ao uso, pelas UF, dos recursos financeiros da União.

2.1.1 Gasto Total Como a própria denominação sugere, estão incluídos nessa categoria todos os gastos realizados pelas universidades federais com recursos financeiros oriundos do MEC, inclusive aqueles destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões, à manutenção de hospitais universitários e ao cumprimento de sentenças judiciais da área trabalhista. Cabe ressaltar que, nos valores apresentados, não estão incluídos os valores destinados ao custeio de bolsas de estudo, concedidas no âmbito dos programas de pós-graduação, pois esses recursos são transferidos diretamente aos alunos beneficiários.

Fica evidente, da análise da tabela 2.1, a heterogeneidade que perpassa o conjunto das universidades federais no que tange à dimensão financeira. Enquanto a maior dessas instituições, a UF do Rio de Janeiro, consumiu recursos da ordem de R\$ 2,13 bilhões ao longo do quadriênio, a menor delas, a UF do Amapá, contabilizou gastos equivalentes a apenas 1% do dispêndio da primeira.

Portanto, a partir desse indicador, podem-se inferir as distintas funções exercidas, bem como as dimensões e realidades desse conjunto de 39 instituições universitárias. Nesse sentido, toda e qualquer análise que tenha por referência o dispêndio agregado das UF corre o risco de tornar-se de pouca utilidade.

³ No gasto total não estão incluídas as despesas com aposentadorias/pensões, precatórios, manutenção de hospitais universitários e residência médica.

⁴ Ver a nota de rodapé nº 3.

TABELA 2.1
Gasto Total nas Universidades Federais

Universidades						(Em R\$)	
	1995	1996	1997	1998	Total	98/95 (%)	
UF Rio de Janeiro	533 200 180	525 774 067	534 737 148	537 024 008	2 130 735 403	0,7	
UF Minas Gerais	322 107 114	328 654 233	347 425 141	344 675 466	1 342 861 954	7,0	
UF Paraíba	280 442 947	291 932 684	286 631 299	302 672 601	1 161 679 531	7,9	
UF Fluminense	270 471 175	273 954 836	282 483 815	287 762 151	1 114 671 977	6,4	
UF Paraná	274 888 747	246 208 750	274 404 526	300 725 120	1 096 227 143	9,4	
UF R. Grande do Sul	258 029 092	256 731 004	253 282 800	275 127 678	1 043 170 574	6,6	
UF R. Grande do Norte	178 997 856	182 658 630	315 427 120	280 120 331	957 203 937	56,5	
Fund. Univ. Brasília	192 881 230	208 802 759	232 358 084	274 408 021	908 450 094	42,3	
UF Santa Catarina	216 737 020	217 506 156	222 062 115	222 110 441	878 415 732	2,5	
UF Bahia	191 920 703	212 155 807	212 814 106	229 041 222	845 931 838	19,3	
UF Ceará	172 254 452	191 831 880	213 478 639	221 512 070	799 077 041	28,6	
UF Pernambuco	200 563 457	188 933 895	194 272 082	201 801 081	785 570 515	0,6	
UF Santa Maria	235 231 665	165 393 397	183 503 476	178 377 310	762 505 848	-24,2	
UF Pará	212 805 064	175 107 077	183 091 873	179 933 398	750 937 412	-15,5	
UF São Paulo	170 988 698	191 833 346	175 878 694	168 625 135	707 325 873	-1,4	
UF Goiás	120 544 004	132 858 129	141 436 477	149 193 083	544 031 693	23,8	
Fund. UF Uberlândia	131 252 748	133 579 955	130 489 131	137 487 481	532 809 315	4,8	
Fund. Univ. Maranhão	121 722 589	110 757 222	148 145 195	107 735 767	488 360 773	-11,5	
Fund. UF Viçosa	144 377 572	119 275 034	100 730 840	104 758 729	469 142 175	-27,4	
UF Espírito Santo	113 415 349	110 159 958	110 409 507	116 841 926	450 826 740	3,0	
Fund. UF Mato Grosso	103 445 143	113 251 882	113 273 295	109 905 549	439 875 869	6,3	
Fund. UF M. Grosso Sul	92 752 978	99 798 020	120 298 001	107 230 384	420 079 383	15,6	
UF Alagoas	91 818 284	92 518 286	118 442 022	98 020 745	400 799 337	6,8	
Fund. Univ. Amazonas	87 417 279	92 341 256	87 490 650	90 122 125	357 371 310	3,1	
Fund. UF Piauí	74 637 843	88 015 748	74 398 365	97 745 090	334 797 046	31,0	
UF Juiz de Fora	75 874 201	81 507 390	86 988 577	90 005 639	334 375 807	18,6	
Fund. UF Pelotas	73 694 722	78 471 972	81 391 520	84 382 927	317 941 141	14,5	
UF Rural Rio de Janeiro	66 000 126	69 467 781	74 429 171	75 041 828	284 938 906	13,7	
Fund. Univ. Rio Grande	64 469 164	68 216 754	65 146 802	69 986 729	267 819 449	8,6	
Univ. do Rio de Janeiro	50 886 955	54 162 778	59 529 636	65 875 959	230 455 328	29,5	
Fund. UF Sergipe	50 979 980	57 444 190	56 133 450	59 278 836	223 836 456	16,3	
UF Rural Pernambuco	52 151 798	56 377 970	56 777 441	57 717 102	223 024 311	10,7	
Fund. UF São Carlos	55 201 386	52 622 247	52 912 176	56 242 610	216 978 419	1,9	
Fund. UF Acre	39 421 392	35 695 519	43 643 608	35 462 508	154 223 027	-10,0	
Fund. UF Ouro Preto	32 246 352	36 117 540	38 609 192	37 533 127	144 506 211	16,4	
UF Lavras	27 313 994	26 291 733	27 668 134	30 133 486	111 407 347	10,3	
Fund. UF Rondônia	18 385 415	17 747 153	20 105 342	28 044 517	84 282 427	52,5	
UF Roraima	10 486 892	13 172 328	13 215 007	13 498 726	50 372 953	28,7	
Fund. UF Amapá	5 249 692	5 136 561	5 821 371	6 446 110	22 653 734	22,8	
Total	5 415 265 258	5 402 465 927	5 739 335 828	5 832 607 016	22 389 674 029	7,7	

Fonte: SIAFI/SIDOR.

Por intermédio da referida tabela, pode-se observar: (i) os gastos totais, por UF, ano a ano; (ii) o gasto total agregado de cada UF para o quadriênio; e (iii) a variação percentual entre o início e o final desse período.

Se o gasto é analisado em sua forma agregada, pode-se concluir que as universidades tiveram ganho de recursos ao longo desses quatro anos. Mas, ao se dissecá-lo em seus vários componentes, constata-se que o crescimento nominal de cerca de 8%

não correspondeu, de fato, a maior investimento que implicasse, por exemplo, a ampliação da oferta de vagas e/ou a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas universidades.

A principal causa desse aumento do gasto total, entre o início e o fim do período, refere-se ao maior desembolso realizado com vistas ao pagamento de precatórios e das obrigações com inativos e pensionistas. Se, em 1995, essas duas modalidades de gasto somavam cerca de R\$ 1,406 bilhão, ao final do período haviam atingido R\$ 1,879 bilhão (ver tabelas 2.5 e 2.6, adiante). Portanto, houve incremento da ordem de R\$ 473 milhões, superior inclusive ao diferencial observado em relação ao gasto total, para o mesmo período (R\$ 427 milhões).

Desse modo, pode-se melhor entender os porquês da dimensão atual do gasto da União com as universidades federais que, ao longo do período, nunca foi inferior à impressionante cifra de R\$ 5,4 bilhões anuais. Tendo em vista esse objetivo, são apresentadas, a seguir, as principais modalidades de despesa que compõem o gasto total.

2.1.2 Gasto com Pessoal Tomando-se os gastos com pessoal em sua forma global, verifica-se que essa modalidade apresentou comportamento irregular ao longo do período, ainda que com tendência geral ascendente. Tal irregularidade foi devida às oscilantes despesas com o pagamento de sentenças judiciais, que não se realizam de forma simultânea e em proporções semelhantes entre todas as UF.

Como pode ser observado na tabela 2.2, o crescimento dos gastos com pessoal foi superior ao dos gastos totais (ver tabela 2.1). Outra vez, esse dado poderia sugerir a falsa explicação de que estaria havendo maior comprometimento das receitas das UF com o pessoal ativo. Entretanto, o que de fato motivou esse crescimento foi o significativo aumento do contingente de aposentados e o circunstancial aumento das despesas referentes aos pagamentos de sentenças judiciais, principalmente aqueles ocorridos nos dois últimos anos do período.

Portanto, quando se busca estabelecer um indicador de eficiência que leve em conta os dispêndios com pessoal, torna-se inadequado utilizar essa modalidade de despesa que inclui os benefícios a aposentados e pensionistas, e, em certo sentido, as obrigações acumuladas que correspondem aos precatórios. É em face desse entendimento que se defendem os conceitos de gasto com pessoal ativo e operacional.

2.1.3 Gasto com Pessoal Ativo As despesas com pessoal ativo (ver tabela 2.3), que incluem o pagamento de sentenças judiciais, cresceram em menor intensidade que os gastos com pessoal. Isso significa que as obrigações com aposentados e pensionistas tiveram maior impacto que os dispêndios com precatórios.

TABELA 2.2
Gasto com Pessoal nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998	Total	(Em R\$)
						98/95 (%)
UF Rio de Janeiro	487 673 978	470 126 644	490 619 314	501 821 984	1 950 241 920	2,9
UF Minas Gerais	244 680 830	251 908 197	268 414 329	279 908 167	1 044 911 523	14,4
UF Paraíba	246 558 965	254 793 580	256 189 521	270 868 320	1 028 410 386	9,9
UF Fluminense	236 284 662	230 937 364	236 172 316	248 997 056	952 391 398	5,4
UF Rio Grande do Sul	240 946 446	227 110 685	227 632 539	248 424 390	944 114 060	3,1
UF Rio Grande do Norte	154 220 129	157 563 839	290 554 647	250 229 127	852 567 742	62,3
UF Paraná	197 495 862	179 734 122	210 328 860	201 071 339	788 630 183	1,8
UF Santa Catarina	184 922 151	187 790 310	193 623 249	195 420 278	761 755 988	5,7
UF Bahia	175 639 472	192 256 707	189 915 989	200 806 682	758 618 850	14,3
UF Ceará	154 409 163	169 691 569	189 925 739	200 604 112	714 630 583	29,9
UF Pará	182 375 279	156 477 333	162 895 154	160 475 226	662 222 992	-12,0
UF Pernambuco	157 094 915	160 200 493	166 417 890	177 306 103	661 019 401	12,9
UF Santa Maria	215 593 750	139 539 380	156 046 406	147 279 511	658 459 047	-31,7
Fund. Univ. Brasília	150 312 049	152 972 895	155 722 545	193 942 465	652 949 954	29,0
Fund. UF Uberlândia	110 365 641	118 150 100	118 699 105	124 138 971	471 353 817	12,5
UF Goiás	100 346 295	110 937 782	110 330 594	118 918 862	440 533 533	18,5
Fund. Univ. Maranhão	109 133 351	96 205 732	139 065 267	93 934 204	438 338 554	-13,9
UF São Paulo	106 871 916	114 029 702	102 996 677	99 973 143	423 871 438	-6,5
Fund. UF Viçosa	132 700 077	102 517 572	86 232 446	93 587 735	415 037 830	-29,5
Fund. UF Mato Grosso	89 064 889	96 284 921	94 690 928	91 132 026	371 172 764	2,3
UF Espírito Santo	89 664 740	93 475 502	90 991 903	95 452 969	369 585 114	6,5
UF Alagoas	82 621 275	83 762 568	111 544 010	89 344 387	367 272 240	8,1
Fund. UF M. Grosso Sul	75 725 038	80 992 991	103 723 810	90 923 905	351 365 744	20,1
Fund. UF Piauí	66 954 049	79 761 418	65 585 622	88 541 654	300 842 743	32,2
Fund. Univ. Amazonas	69 201 021	73 283 530	70 128 179	72 324 601	284 937 331	4,5
UF Juiz de Fora	65 139 762	69 840 346	70 974 258	75 044 751	280 999 117	15,2
Fund. UF Pelotas	65 787 724	69 719 638	71 402 346	72 955 597	279 865 305	10,9
UF Rural Rio de Janeiro	60 787 806	62 217 180	66 546 569	68 050 221	257 601 776	12,0
Fund. Univ. Rio Grande	57 474 277	61 972 310	58 836 307	61 582 431	239 865 325	7,2
UF Rural Pernambuco	48 149 057	49 436 028	51 281 695	52 424 713	201 291 493	8,9
Fund. UF Sergipe	45 701 351	51 097 920	48 978 353	49 854 428	195 632 052	9,1
Univ. do Rio de Janeiro	42 332 897	44 322 388	48 415 168	54 564 960	189 635 413	28,9
Fund. UF São Carlos	43 502 762	44 276 015	44 013 172	50 065 878	181 857 827	15,1
Fund. UF Acre	34 919 783	31 729 210	39 311 764	31 291 568	137 252 325	-10,4
Fund. UF Ouro Preto	28 551 289	31 462 661	32 820 246	33 305 506	126 139 702	16,7
UF Lavras	22 414 456	21 824 661	22 486 752	25 268 132	91 994 001	12,7
Fund. UF Rondônia	16 547 646	14 883 027	17 729 488	25 223 914	74 384 075	52,4
UF Roraima	8 650 609	10 713 229	10 784 479	9 952 513	40 100 830	15,1
Fund. UF Amapá	4 157 907	3 728 154	3 792 202	4 447 655	16 125 918	7,0
Total	4 370 955 881	4 297 945 376	4 875 819 838	4 949 459 484	18 494 180 579	13,2

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 2.3
Gasto com Pessoal Ativo nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998	Total	(Em R\$)
						98/95 (%)
UF Rio de Janeiro	349 925 458	329 358 328	349 591 691	350 226 007	1 379 101 484	0,1
UF Paraíba	181 843 780	186 977 119	168 813 886	185 611 181	723 245 966	2,1
UF Fluminense	173 551 456	158 013 232	147 749 524	162 610 846	641 925 058	-6,3
UF Minas Gerais	157 448 057	156 912 693	155 559 622	165 679 479	635 599 851	5,2
UF Rio Grande do Sul	172 975 190	147 474 419	115 842 125	158 828 389	595 120 123	-8,2
UF Santa Catarina	139 222 806	143 891 065	123 277 768	135 890 139	542 281 778	-2,4
UF Rio Grande do Norte	113 423 375	111 750 399	106 881 571	187 553 006	519 608 351	65,4
Fund. Univ. Brasília	124 885 922	118 183 144	99 317 894	151 196 852	493 583 812	21,1
UF Pará	143 979 412	115 127 124	107 264 459	113 832 786	480 203 781	-20,9
UF Bahia	113 816 072	123 085 514	110 397 099	116 263 156	463 561 841	2,2
UF Paraná	124 743 307	112 244 842	105 538 904	120 010 212	462 537 265	-3,8
UF Santa Maria	179 586 646	101 204 190	80 622 075	95 913 780	457 326 691	-46,6
UF Ceará	101 168 887	106 513 562	94 845 814	120 684 830	423 213 093	19,3
UF Pernambuco	102 654 386	96 002 921	94 182 055	101 668 044	394 507 406	-1,0
Fund. UF Uberlândia	94 472 223	100 021 725	95 336 850	98 718 373	388 549 171	4,5
UF São Paulo	91 512 835	98 044 220	84 330 876	80 251 510	354 139 441	-12,3
Fund. UF Viçosa	113 264 664	80 050 285	62 694 027	67 546 855	323 555 831	-40,4
Fund. UF Mato Grosso	76 106 842	80 100 453	65 654 491	69 745 627	291 607 413	-8,4
Fund. UF M. Grosso Sul	65 542 076	69 910 029	79 919 047	74 645 305	290 016 457	13,9
UF Goiás	70 539 006	74 797 579	69 557 228	74 821 041	289 714 854	6,1
Fund. Univ. Maranhão	83 414 598	71 633 354	57 880 292	64 718 453	277 646 697	-22,4
UF Alagoas	61 686 231	58 857 036	89 811 507	60 598 816	270 953 590	-1,8
UF Espírito Santo	62 839 469	65 968 098	60 679 471	63 469 080	252 956 118	1,0
Fund. UF Piauí	54 633 998	65 599 450	48 388 070	68 991 995	237 613 513	26,3
Fund. Univ. Amazonas	57 559 676	60 409 500	50 279 344	55 082 120	223 330 640	-4,3
Fund. UF Pelotas	47 933 849	49 328 350	46 460 677	47 020 390	190 743 266	-1,9
Fund. Univ. Rio Grande	46 310 448	50 106 875	44 647 491	45 962 345	187 027 159	-0,8
UF Juiz de Fora	45 370 594	45 957 414	42 377 982	46 326 936	180 032 926	2,1
UF Rural Rio de Janeiro	42 861 884	42 561 492	44 784 019	44 343 574	174 550 969	3,5
Fund. UF São Carlos	37 704 971	38 322 110	35 728 494	40 725 119	152 480 694	8,0
Univ. Rio de Janeiro	33 127 067	33 684 576	33 841 694	39 018 846	139 672 183	17,8
Fund. UF Sergipe	34 596 268	37 359 450	30 469 621	36 850 632	139 275 971	6,5
UF Rural Pernambuco	28 833 560	29 421 285	28 223 477	27 846 331	114 324 653	-3,4
Fund. UF Acre	31 119 737	26 845 086	25 600 898	24 669 457	108 235 178	-20,7
Fund. UF Ouro Preto	24 230 981	24 763 382	23 947 418	24 842 011	97 783 792	2,5
UF Lavras	17 148 401	16 446 686	16 946 606	18 877 009	69 418 702	10,1
Fund. UF Rondônia	16 108 631	14 315 743	11 264 392	24 377 096	66 065 862	51,3
UF Roraima	8 538 507	10 564 963	10 533 000	9 646 824	39 283 294	13,0
Fund. UF Amapá	4 157 907	3 728 154	3 780 743	4 447 655	16 114 459	7,0
Total	3 194 821 789	3 005 753 520	3 023 022 202	3 379 512 107	12 603 109 618	5,8

Fonte: SIAFI/SIDOR.

Considerando-se que o pagamento de sentenças judiciais realiza-se de maneira oscilante, a variação entre o início e o final do período fica comprometida e perde sentido considerá-la como indicador do comportamento do gasto com pessoal. Desse modo, optou-se por um indicador que não fosse sensível a esse movimento oscilatório, o qual é apresentado a seguir.

2.1.4 Gasto Operacional com Pessoal No intuito de mensurar o volume de recursos a que estão fazendo jus as universidades federais, com vistas ao custeio de suas despesas ordinárias, ou seja, aquelas que viabilizam seu funcionamento e o cumprimento de suas missões institucionais, definiu-se essa categoria de gasto pela exclusão dos dispêndios com aposentados e pensionistas, assim como do pagamento de sentenças judiciais trabalhistas.

Conforme mostra a tabela 2.4, as despesas operacionais com pessoal tiveram incremento de cerca de 3,6% no período 1995/1998. Em números absolutos, esse gasto ampliou-se de R\$ 2,964 bilhões para R\$ 3,070 bilhões. Ainda assim, apenas 14 das 39 UF apresentaram variação positiva desse indicador. A maior parcela dessas universidades que registraram variação positiva nessa categoria de gasto é composta de instituições de pequeno e médio portes, e/ou que tiveram sua criação mais recente, a exemplo da UF de Lavras, que apresentou o maior incremento percentual e cuja ascensão ao *status* de universidade ocorreu justamente nesse período.

No caso das demais instituições, que apresentaram índices negativos, acredita-se que a hipótese explicativa para esse fato é a de que as reduções no quadro de pessoal, devido às aposentadorias e exonerações, não estariam sendo suficientes e/ou adequadamente compensadas com as novas contratações. Tal hipótese sustenta-se nas restrições impostas à realização de concursos públicos e, desse modo, além de a reposição ser insuficiente, também poderia estar estimulando o ingresso de docentes com titulação inferior à dos egressos, o que implica a formação de uma massa salarial substancialmente menor.

Outro fator que poderia estar influenciando esse comportamento do gasto operacional com pessoal seria o dispêndio realizado sob a rubrica da função Saúde. A partir de 1997, as despesas com pessoal voltadas à *Operacionalização do SUS* deixam de constar do subprograma *Assistência Médica e Sanitária* e são incorporadas ao subprograma *Ensino de Graduação*. Portanto, para se garantir a comparabilidade da série histórica, as despesas com pessoal destinadas à manutenção dos hospitais universitários foram incorporadas ao gasto operacional com pessoal, ainda que se saiba que, em boa medida, esses dispêndios estejam relacionados à prestação de serviços à comunidade em geral.

TABELA 2.4
Gasto Operacional com Pessoal, nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998	Total	(Em R\$)
						98/95 (%)
UF Rio de Janeiro	347 944 159	328 828 447	349 591 691	325 415 710	1 351 780 007	-6,5
UF Paraíba	178 792 700	185 795 630	168 813 886	171 425 504	704 827 720	-4,1
UF Fluminense	173 542 664	157 375 468	147 749 524	162 588 328	641 255 984	-6,3
UF Minas Gerais	157 448 057	150 057 209	155 559 622	157 404 619	620 469 507	0,0
UF Santa Catarina	139 200 661	141 542 285	123 277 768	135 293 119	539 313 833	-2,8
UF Rio Grande do Sul	148 027 588	127 213 604	115 842 125	142 081 692	533 165 009	-4,0
UF Pará	138 238 067	113 658 410	107 264 459	105 675 578	464 836 514	-23,6
UF Bahia	113 654 481	122 298 286	110 397 099	114 766 103	461 115 969	1,0
UF Paraná	121 147 120	107 460 145	105 538 904	113 372 400	447 518 569	-6,4
UF Rio Grande do Norte	113 285 639	110 748 781	106 881 571	107 541 780	438 457 771	-5,1
Fund. Univ. Brasília	113 365 606	107 789 083	99 317 894	107 881 464	428 354 047	-4,8
UF Pernambuco	102 403 496	96 002 921	94 182 055	100 366 979	392 955 451	-2,0
UF Ceará	100 864 658	95 013 081	94 845 814	96 300 778	387 024 331	-4,5
Fund. UF Uberlândia	93 108 175	97 922 783	95 336 850	97 878 020	384 245 828	5,1
UF Santa Maria	101 438 547	96 264 429	80 622 075	89 823 426	368 148 477	-11,5
UF São Paulo	83 189 213	85 041 960	84 330 876	80 183 890	332 745 939	-3,6
Fund. UF M. Grosso Sul	65 478 270	67 670 469	79 919 047	74 212 891	287 280 677	13,3
UF Goiás	70 413 313	70 847 610	69 557 228	73 622 123	284 440 274	4,6
Fund. UF Mato Grosso	72 770 767	78 769 308	65 654 491	62 224 248	279 418 814	-14,5
Fund. UF Viçosa	65 472 788	63 407 556	62 694 027	67 433 377	259 007 748	3,0
UF Espírito Santo	62 823 982	65 727 386	60 679 471	62 598 495	251 829 334	-0,4
UF Alagoas	61 685 979	58 807 497	56 743 041	58 853 244	236 089 761	-4,6
Fund. Univ. Maranhão	54 285 888	58 536 601	57 880 292	56 838 092	227 540 873	4,7
Fund. Univ. Amazonas	53 126 617	56 984 282	50 279 344	48 745 994	209 136 237	-8,3
Fund. UF Piauí	54 633 998	52 651 141	48 388 070	49 942 721	205 615 930	-8,6
Fund. UF Pelotas	46 025 944	47 715 209	46 460 677	45 842 530	186 044 360	-0,4
Fund. Univ. Rio Grande	46 000 170	47 472 150	44 647 491	43 648 536	181 768 347	-5,1
UF Juiz de Fora	44 697 695	44 173 718	42 377 982	45 877 097	177 126 492	2,6
UF Rural Rio de Janeiro	42 861 884	42 561 492	44 784 019	44 095 050	174 302 445	2,9
Fund. UF São Carlos	37 584 395	37 702 767	35 728 494	40 087 610	151 103 266	6,7
Univ. Rio de Janeiro	33 077 382	33 439 543	33 841 694	39 016 215	139 374 834	18,0
Fund. UF Sergipe	34 596 268	37 359 450	30 469 621	28 115 434	130 540 773	-18,7
UF Rural Pernambuco	28 833 560	29 421 285	28 223 477	27 483 517	113 961 839	-4,7
Fund. UF Acre	31 119 737	26 063 727	25 600 898	24 548 705	107 333 067	-21,1
Fund. UF Ouro Preto	24 117 298	24 683 519	23 947 418	24 769 668	97 517 903	2,7
UF Lavras	14 644 022	16 235 686	16 946 606	18 860 184	66 686 498	28,8
Fund. UF Rondônia	15 643 216	14 315 743	11 264 392	11 792 419	53 015 770	-24,6
UF Roraima	8 527 953	10 564 963	10 533 000	9 646 824	39 272 740	13,1
Fund. UF Amapá	4 157 907	3 728 154	3 780 743	4 378 226	16 045 030	5,3
Total	2 964 212 476	2 862 069 451	2 989 953 736	3 070 632 590	11 886 868 253	3,6

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 2.5
Gasto com Inativos e Pensionistas nas Universidades Federais

Universidades	(Em R\$)					
	1995	1996	1997	1998	Total	98/95 (%)
UF Rio de Janeiro	137 748 520	140 768 316	140 857 793	151 595 977	570 970 606	10,1
UF Minas Gerais	87 232 773	94 995 504	104 748 444	114 228 688	401 205 409	31,0
UF Rio Grande do Sul	67 971 256	79 636 266	80 342 411	89 596 001	317 545 934	31,8
UF Fluminense	62 733 206	72 924 132	82 621 650	86 386 210	304 665 198	37,7
UF Paraná	72 752 555	67 489 280	75 403 287	81 061 127	296 706 249	11,4
UF Paraíba	64 715 185	67 816 461	73 673 569	85 257 139	291 462 354	31,7
UF Bahia	61 823 400	69 171 193	74 506 357	84 543 526	290 044 476	36,8
UF Pernambuco	54 440 529	64 197 572	71 546 750	75 638 059	265 822 910	38,9
UF Ceará	53 240 276	63 178 007	63 698 914	79 919 282	260 036 479	50,1
UF Rio Grande do Norte	40 796 754	45 813 440	54 019 084	62 676 121	203 305 399	53,6
UF Santa Catarina	45 699 345	43 899 245	45 404 159	59 530 139	194 532 888	30,3
UF Pará	38 395 867	41 350 209	44 811 347	46 642 440	171 199 863	21,5
UF Santa Maria	36 007 104	38 335 190	43 001 091	51 365 731	168 709 116	42,7
UF Goiás	29 807 289	36 140 203	40 037 507	44 097 821	150 082 820	47,9
Fund. Univ. Brasília	25 426 127	34 789 751	34 300 203	42 745 613	137 261 694	68,1
UF Espírito Santo	26 825 271	27 507 404	29 101 429	31 983 889	115 417 993	19,2
Fund. Univ. Maranhão	25 718 753	24 572 378	26 651 788	29 215 751	106 158 670	13,6
UF Juiz de Fora	19 769 168	23 882 932	28 290 955	28 717 815	100 660 870	45,3
UF Alagoas	20 935 044	24 905 532	21 732 503	28 745 571	96 318 650	37,3
Fund. UF Viçosa	19 435 413	22 467 287	22 765 538	26 040 880	90 709 118	34,0
Fund. UF Pelotas	17 853 875	20 391 288	23 199 825	25 935 207	87 380 195	45,3
UF Rural Pernambuco	19 315 497	20 014 743	22 677 786	24 578 382	86 586 408	27,3
UF Rural Rio de Janeiro	17 925 922	19 655 688	21 641 555	23 706 647	82 929 812	32,3
Fund. UF Uberlândia	15 893 418	18 128 375	21 682 134	25 420 598	81 124 525	59,9
Fund. UF Mato Grosso	12 958 047	16 184 468	20 378 531	21 386 399	70 907 445	65,0
UF São Paulo	15 359 081	15 985 482	17 626 958	19 721 633	68 693 154	28,4
Fund. UF Piauí	12 320 051	14 161 968	16 234 836	19 549 659	62 266 514	58,7
Fund. Univ. Amazonas	11 641 345	12 874 030	15 286 719	17 242 481	57 044 575	48,1
Fund. Univ. Rio Grande	11 163 829	11 865 435	13 954 782	15 620 086	52 604 132	39,9
Fund. UF M. Grosso Sul	10 182 962	11 082 962	12 686 732	16 278 600	50 231 256	59,9
Fund. UF Sergipe	11 105 083	13 738 470	11 990 298	13 003 796	49 837 647	17,1
Univ. Rio de Janeiro	9 205 830	10 637 812	12 268 473	15 546 114	47 658 229	68,9
Fund. UF São Carlos	5 797 791	5 953 905	8 280 236	9 340 759	29 372 691	61,1
Fund. UF Ouro Preto	4 320 308	6 699 279	7 612 802	8 463 495	27 095 884	95,9
UF Lavras	5 266 055	5 377 975	5 540 146	6 391 123	22 575 299	21,4
Fund. UF Acre	3 800 046	4 884 124	5 617 825	6 622 111	20 924 106	74,3
Fund. UF Rondônia	439 015	567 284	753 868	846 818	2 606 985	92,9
UF Roraima	112 102	148 266	251 479	305 689	817 536	172,7
Fund. UF Amapá	-	-	-	-	-	-
Total	1 176 134 092	1 292 191 856	1 395 199 764	1 569 947 377	5 433 473 089	33,5

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 2.6
Gasto com Sentenças Judiciais nas Universidades Federais

(Em R\$)

Universidades	1995	1996	1997	1998	Total	
					Valor	(%)
UF Rio Grande do Norte	137 736	1 001 618	129 653 992	80 011 226	210 804 572	17,96
UF Santa Maria	78 148 099	4 939 761	32 423 240	6 090 354	121 601 454	10,36
Fund. Univ. Maranhão	29 128 710	13 096 753	54 533 187	7 880 361	104 639 011	8,91
UF Rio Grande do Sul	24 947 602	20 260 815	31 448 003	16 746 697	93 403 117	7,96
Fund. Univ. Brasília	11 520 316	10 394 061	22 104 448	43 315 388	87 334 213	7,44
UF Ceará	304 229	11 500 481	31 381 011	24 384 052	67 569 773	5,76
Fund. UF Viçosa	47 791 876	16 642 729	772 881	113 478	65 320 964	5,56
UF Paraná	3 596 187	4 784 697	29 386 669	6 637 812	44 405 365	3,78
UF Alagoas	252	49 539	33 068 466	1 745 572	34 863 829	2,97
Fund. UF Piauí	-	12 948 309	962 716	19 049 274	32 960 299	2,81
UF Paraíba	3 051 080	1 181 489	13 702 066	14 185 677	32 120 312	2,74
UF Santa Catarina	22 145	2 348 780	24 941 322	597 020	27 909 267	2,38
UF Rio de Janeiro	1 981 299	529 881	169 830	24 810 297	27 491 307	2,34
UF Pará	5 741 345	1 468 714	10 819 348	8 157 208	26 186 615	2,23
UF Minas Gerais	-	6 855 484	8 106 263	8 274 860	23 236 607	1,98
UF São Paulo	8 323 622	13 002 260	1 038 843	67 620	22 432 345	1,91
Fund. UF Mato Grosso	3 336 075	1 331 145	8 657 906	7 521 379	20 846 505	1,78
Fund. UF Rondônia	465 415	-	5 711 228	12 584 677	18 761 320	1,60
Fund. Univ. Amazonas	4 433 059	3 425 218	4 562 116	6 336 126	18 756 519	1,60
Fund. UF Sergipe	-	-	6 518 434	8 735 198	15 253 632	1,30
Fund. UF M. Grosso Sul	63 806	2 239 560	11 118 031	431 399	13 852 796	1,18
Fund. UF Acre	-	781 359	8 093 041	120 752	8 995 152	0,77
UF Bahia	161 591	787 228	5 012 533	1 497 053	7 458 405	0,64
UF Fluminense	8 792	637 764	5 801 142	22 518	6 470 216	0,55
Fund. UF Pelotas	1 907 905	1 613 141	1 741 844	1 177 860	6 440 750	0,55
UF Goiás	125 693	3 949 969	735 859	1 198 918	6 010 439	0,51
Fund. UF Uberlândia	1 364 048	2 098 942	1 680 121	840 353	5 983 464	0,51
Fund. Univ. Rio Grande	310 278	2 634 725	234 034	2 313 809	5 492 846	0,47
UF Juiz de Fora	672 899	1 783 696	305 321	449 839	3 211 755	0,27
UF Lavras	2 504 379	211 000	-	16 825	2 732 204	0,23
Univ. Rio de Janeiro	49 685	245 033	2 305 001	2 631	2 602 350	0,22
UF Espírito Santo	15 487	240 712	1 211 003	870 585	2 337 787	0,20
UF Pernambuco	250 890	-	689 085	1 301 065	2 241 040	0,19
Fund. UF Ouro Preto	113 683	79 863	1 260 026	72 343	1 525 915	0,13
Fund. UF São Carlos	120 576	619 343	4 442	637 509	1 381 870	0,12
UF Rural Pernambuco	-	-	380 432	362 814	743 246	0,06
UF Rural Rio de Janeiro	-	-	120 995	248 524	369 519	0,03
Fund. UF Amapá	-	-	11 459	69 429	80 888	0,01
UF Roraima	10 554	-	-	-	10 554	0,00
Total	230 609 313	143 684 069	490 666 338	308 878 502	1 173 838 222	

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 2.7
Despesas de Capital nas Univesidades Federais

Universidades						(Em R\$)	
	1995	1996	1997	1998	Total	98/95 (%)	
UF Minas Gerais	23 003 613	4 963 893	7 131 015	849 318	35 947 839	-96,3	
UF Pernambuco	21 043 435	7 866 420	5 878 040	422 045	35 209 940	-98,0	
Fund. UF Viçosa	5 723 884	9 253 818	3 331 364	4 209 363	22 518 429	-26,5	
UF Rio Grande do Sul	4 553 647	8 817 142	5 794 482	2 564 738	21 730 009	-43,7	
UF Paraná	12 920 915	4 398 441	2 734 597	1 609 983	21 663 936	-87,5	
UF Rio de Janeiro	8 885 777	7 996 476	3 138 565	905 352	20 926 170	-89,8	
Fund. UF Uberlândia	10 222 737	3 336 799	1 941 866	666 546	16 167 948	-93,5	
UF Ceará	6 441 126	2 684 276	6 581 132	136 484	15 843 018	-97,9	
Fund. Univ. Brasília	3 032 076	3 907 077	4 415 958	3 105 320	14 048 431	2,4	
UF Santa Maria	2 762 668	5 932 258	3 345 726	2 007 762	14 048 414	-27,3	
UF Paraíba	6 895 621	3 592 943	2 053 291	268 518	12 810 373	-96,1	
UF Rio Grande do Norte	2 803 734	4 006 145	3 676 787	1 961 659	12 448 325	-30,0	
Fund. UF São Carlos	6 986 439	2 111 584	2 458 768	707 759	12 264 550	-89,9	
UF Goiás	2 752 919	2 610 675	5 301 345	1 321 746	11 986 685	-52,0	
UF Espírito Santo	6 652 780	1 671 359	2 309 634	907 684	11 541 457	-86,4	
UF Santa Catarina	7 009 204	2 461 990	692 954	623 412	10 787 560	-91,1	
Fund. UF Mato Grosso	3 320 156	3 184 494	2 801 765	386 438	9 692 853	-88,4	
UF Fluminense	2 255 231	4 225 548	2 845 394	317 999	9 644 172	-85,9	
UF Pará	5 321 210	1 795 404	1 833 231	579 662	9 529 507	-89,1	
UF São Paulo	2 720 717	3 046 454	2 396 801	1 304 208	9 468 180	-52,1	
UF Bahia	2 562 882	2 289 570	3 806 545	737 955	9 396 952	-71,2	
UF Juiz de Fora	1 212 769	1 261 306	2 482 150	1 293 199	6 249 424	6,6	
Fund. Univ. Maranhão	3 669 419	989 403	722 803	436 105	5 817 730	-88,1	
Fund. UF Piauí	1 526 873	1 042 526	1 854 446	729 954	5 153 799	-52,2	
Fund. UF Ouro Preto	746 047	1 767 367	2 372 314	242 133	5 127 861	-67,5	
Fund. Univ. Amazonas	2 593 754	1 687 553	635 725	120 832	5 037 864	-95,3	
Fund. UF M. Grosso Sul	2 589 280	1 504 405	566 797	118 078	4 778 560	-95,4	
UF Alagoas	2 567 689	1 674 842	430 991	42 696	4 716 218	-98,3	
Fund. Univ. Rio Grande	1 972 679	1 191 164	704 798	339 376	4 208 017	-82,8	
UF Lavras	2 325 286	542 139	762 112	246 303	3 875 840	-89,4	
UF Rural Rio de Janeiro	746 821	1 149 590	900 733	702 595	3 499 739	-5,9	
Fund. UF Pelotas	563 557	1 026 700	895 871	430 647	2 916 775	-23,6	
UF Rural Pernambuco	1 032 835	1 112 384	703 610	62 860	2 911 689	-93,9	
Univ. Rio de Janeiro	566 791	662 667	941 216	539 756	2 710 430	-4,8	
Fund. UF Acre	1 422 067	324 509	649 680	184 820	2 581 076	-87,0	
Fund. UF Sergipe	487 321	561 243	791 827	41 268	1 881 659	-91,5	
Fund. UF Rondônia	361 620	807 844	328 221	153 995	1 651 680	-57,4	
UF Roraima	503 179	663 464	370 283	42 745	1 579 671	-91,5	
Fund. UF Amapá	197 111	397 980	319 801	57 177	972 069	-71,0	
Total	172 955 869	108 519 852	90 902 638	31 378 490	403 756 849	-81,9	

Fonte: SIAFI/SIDOR.

Há ainda que se ressaltar que não foram computados, como parte dos gastos operacionais com pessoal, os valores correspondentes aos contratos de trabalho por

tempo determinado, que se referem, fundamentalmente, aos professores substitutos. Diante das dificuldades para a reposição das vagas deixadas pelas aposentadorias, advindas sobretudo da suspensão da realização de concursos públicos, cresceu sobremaneira, ao longo do quadriênio, o volume de recursos gastos com esse tipo de prestação de serviços. De pouco mais de R\$ 500 mil, em 1995, o gasto elevou-se a cerca de R\$ 73 milhões em 1998.

2.1.5 Gasto com Inativos e Pensionistas

Verificou-se crescimento considerável dos gastos com inativos e pensionistas. Como se mencionou, esse tipo de despesa contribuiu para ampliar o gasto total das UF entre 1995 e 1998.

O crescimento de cerca de 33,5% sobre os gastos com inativos e pensionistas, entre 1995 e 1998, está em alguma medida relacionado com o projeto de reforma da Previdência, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional. Em face da perspectiva de mudança nas regras de aposentadoria, principalmente para aqueles que estavam na iminência de conquistar esse benefício, muitos servidores deixaram a vida acadêmica, inclusive sob a modalidade da aposentadoria proporcional.

Essa variável certamente contribuiu para que a despesa nessa rubrica crescesse de R\$ 1,176 bilhão para R\$ 1,570 bilhão, entre o início e o final do período compreendido por este estudo.

2.1.6 Gasto com Sentenças Judiciais (Precatórios)

As despesas com o cumprimento de sentenças judiciais trabalhistas apresentaram comportamento oscilante ao longo do quadriênio. Se, em 1995, foram despendidos, com o conjunto das universidades, cerca de R\$ 235 milhões, em 1996, esse dispêndio foi reduzido em cerca de 37%. Entretanto, nos dois anos que se seguiram, essas despesas voltaram a crescer, de tal modo que, em 1997, o total executado superou a cifra de R\$ 490 milhões.

Portanto, esse foi um fator que alterou radicalmente a dimensão do gasto de algumas universidades. Por exemplo, em 1995, 33% do orçamento executado pela UF de Santa Maria corresponderam ao pagamento de precatórios. Todavia, o exemplo mais contundente é o da UF do Maranhão, que, em 1997, teve 41% do gasto total nessa rubrica, o que correspondeu à impressionante cifra de R\$ 129,6 milhões.

2.1.7 Despesas de Capital⁵

Essa foi a modalidade de despesa mais afetada. Entre o início e o final do período, essas despesas foram reduzidas em mais

⁵ Excluídos os dispêndios realizados na função Saúde (operacionalização do SUS).

de 80%. De cerca de R\$ 173 milhões, em 1995, reduziram-se para pouco mais de R\$ 31 milhões em 1998. Apenas duas UF registraram algum incremento em relação a esse tipo de investimento, no mesmo período.

A tendência assumida em relação aos investimentos em capital pode conduzir a inferências sobre o possível sucateamento do aparato tecnológico das universidades, na medida em que mesmo a sua simples manutenção em funcionamento requer a reposição de peças e componentes, quando não sua completa substituição. Entretanto, a realidade tem mostrado que várias instituições universitárias têm buscado mecanismos alternativos de financiamento dessas e de outras de suas demandas, por meio de fundações de apoio à pesquisa.⁶ Não fosse esse artifício, é bastante provável que a situação das UF fosse bem mais precária do que aquela que apregoam atualmente seus defensores.

2.1.8 Outras Despesas Correntes

Assim como nos gastos com aposentados e pensionistas, houve crescimento substancial da modalidade de outras despesas correntes. Se, em 1995, esses dispêndios foram da ordem de R\$ 384 milhões, ao final do período atingiram a marca de R\$ 527 milhões, o que corresponde a um acréscimo de 37%.

Conforme se observa na tabela 2.8, apenas quatro UF tiveram redução desse tipo de gasto, entre o início e o final do período. Entre as outras que registraram crescimento, houve casos em que o índice de variação superou a marca dos 100%.

Apesar de o governo federal ter contido a ampliação da folha de pagamentos mediante o congelamento de salários dos servidores públicos, o mesmo não pôde ser aplicado aos insumos e serviços necessários ao funcionamento das universidades, cujos preços são regulados pelo mercado. Desse modo, resulta como esperado o crescimento a que esteve sujeita essa modalidade de gasto.

2.2 Indicadores do Gasto

Esses indicadores foram construídos a partir das categorias de gasto apresentadas no item anterior, com o objetivo de melhor apreender a utilização, pelas UF, dos recursos financeiros cuja fonte é a União. São cinco esses indicadores: (i) gasto operacional com pessoal sobre o gasto operacional total; (ii) gasto com inativos e pensionistas sobre o gasto total; (iii) gasto com inativos e pensionistas sobre o gasto operacional com pessoal; (iv) despesas de capital sobre o gasto total; e (v) outras despesas correntes sobre o gasto total.

⁶ Conforme assinala Schwartzman (1999), “(...) a existência de Fundações ajuda a explicar a razão pela qual o êxodo de professores e funcionários mais qualificados não é tão grande como se esperava (em virtude dos baixos salários para os melhores qualificados) e como foi possível manter funcionando e mesmo ampliar recursos para a área da pesquisa (...)”.

As universidades foram classificadas em ordem decrescente, tendo como parâmetro o último ano do período.

TABELA 2.8
Outras Despesas Correntes nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998	Total	(Em R\$)
						98/95 (%)
Fund. Univ. Brasília	31 351 967	39 385 286	56 570 031	64 134 900	191 442 184	104,6
UF Minas Gerais	32 192 588	45 496 831	46 575 785	34 763 671	159 028 875	8,0
UF Rio de Janeiro	32 807 417	43 755 823	36 389 211	30 127 820	143 080 271	-8,2
UF Fluminense	18 510 857	21 409 985	24 874 379	23 411 307	88 206 528	26,5
UF Paraná	18 577 581	19 917 892	19 084 750	19 782 330	77 362 553	6,5
UF Rio Grande do Sul	12 528 999	20 803 177	19 855 779	24 138 550	77 326 505	92,7
UF Bahia	12 442 712	16 202 882	17 719 443	26 350 174	72 715 211	111,8
UF Pernambuco	16 151 423	15 758 813	19 553 540	20 521 202	71 984 978	27,1
UF Paraíba	16 466 709	19 827 128	14 197 490	19 371 899	69 863 226	17,6
UF Pará	19 240 834	14 408 098	16 868 388	17 279 576	67 796 896	-10,2
UF Santa Catarina	17 824 961	18 194 131	15 818 381	15 947 257	67 784 730	-10,5
UF Ceará	9 985 746	16 241 846	15 378 347	18 123 396	59 729 335	81,5
UF Rio Grande do Norte	9 717 854	12 601 837	14 989 141	13 569 138	50 877 970	39,6
UF São Paulo	9 317 307	14 670 449	13 548 884	10 349 005	47 885 645	11,1
UF Santa Maria	8 237 593	10 029 709	12 585 997	14 049 059	44 902 358	70,6
Fund. UF Mato Grosso	7 455 862	9 915 489	11 569 382	13 459 445	42 400 178	80,5
Fund. Univ. Amazonas	8 545 573	9 290 820	10 231 321	13 057 197	41 124 911	52,8
UF Espírito Santo	10 719 969	7 975 677	9 136 403	11 038 929	39 204 642	-0,1
UF Goiás	7 150 876	9 768 965	11 028 242	9 900 852	37 848 935	38,5
Fund. UF Uberlândia	8 743 785	10 287 447	8 091 885	9 797 167	36 920 284	12,1
UF Juiz de Fora	6 632 044	8 312 280	8 166 561	10 047 637	33 158 522	51,5
Fund. UF Pelotas	6 536 800	6 891 076	8 100 571	10 060 707	31 589 154	53,9
Fund. UF Viçosa	5 953 611	7 503 644	11 167 030	6 961 631	31 585 916	16,9
Fund. Univ. Maranhão	5 486 828	7 889 675	6 666 770	10 358 542	30 401 815	88,8
Fund. UF M. Grosso Sul	6 091 685	6 616 799	5 254 609	7 144 753	25 107 846	17,3
Fund. UF Piauí	5 310 266	6 310 853	5 963 431	7 449 904	25 034 454	40,3
UF Alagoas	4 281 082	6 556 081	5 748 469	8 031 062	24 616 694	87,6
UF Rural Rio de Janeiro	4 465 499	6 101 011	6 981 869	6 289 012	23 837 391	40,8
Fund. UF São Carlos	4 712 185	6 234 648	6 440 236	5 468 973	22 856 042	16,1
Fund. UF Sergipe	3 808 376	5 127 247	5 054 579	7 769 501	21 759 703	104,0
Fund. Univ. Rio Grande	4 059 612	4 607 761	5 094 728	7 228 604	20 990 705	78,1
UF Rural Pernambuco	2 969 906	5 829 558	4 792 136	5 229 529	18 821 129	76,1
Univ. Rio de Janeiro	3 298 541	4 222 366	4 969 931	5 410 649	17 901 487	64,0
UF Lavras	2 574 252	3 924 933	4 419 270	4 619 051	15 537 506	79,4
Fund. UF Acre	3 079 542	3 641 800	3 682 164	3 986 120	14 389 626	29,4
Fund. UF Ouro Preto	2 949 016	2 887 512	3 416 632	3 985 488	13 238 648	35,2
UF Roraima	1 333 104	1 795 635	2 060 245	3 503 468	8 692 452	162,8
Fund. UF Rondônia	1 476 149	2 056 282	2 047 633	2 666 608	8 246 672	80,7
Fund. UF Amapá	894 674	1 010 427	1 709 368	1 941 278	5 555 747	117,0
Total	383 883 785	473 461 873	495 803 011	527 325 391	1 880 807 724	37,3

Fonte: SIAFI/SIDOR.

2.2.1 Gasto Operacional com Pessoal sobre o Gasto Operacional Total

Esse indicador relaciona o gasto regular com pessoal (excetuando-se as despesas com inativos e pensionistas e o pagamento de sentenças judiciais) com o gasto total (excluídos os mesmos dispêndios). Tem por objetivo evidenciar o grau de comprometimento dos orçamentos das UF com as despesas ordinárias de pessoal e, conseqüentemente, permitir inferências

acerca dos efeitos desse comprometimento sobre os demais dispêndios (capital, outras despesas correntes).

A tendência observada em relação às universidades, entre o início e o final do período, foi a de diminuição relativa das despesas com pessoal sobre o gasto total (cerca de dois pontos percentuais). Do total de 39 UF, apenas treze apresentaram, em 1998, participação maior dos gastos operacionais com pessoal.

TABELA 2.9
Gasto Operacional com Pessoal sobre o Gasto Operacional Total nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998
UF Rio de Janeiro	88,4	85,5	88,8	90,2
Fund. UF Uberlândia	81,7	86,4	89,0	88,0
UF Alagoas	87,0	87,0	89,2	87,2
Fund. UF São Carlos	76,3	81,9	80,1	86,7
UF Rural Rio de Janeiro	89,2	85,4	85,0	86,3
Fund. UF Viçosa	84,9	79,1	81,2	85,8
Fund. UF Acre	87,4	86,8	85,5	85,5
Fund. UF Ouro Preto	86,7	84,1	80,5	85,4
UF Pará	82,0	85,9	84,2	84,5
Fund. UF Piauí	87,7	86,5	84,6	84,4
UF Paraíba	84,1	83,3	84,7	84,4
UF Rio Grande do Sul	89,7	81,1	81,9	84,2
Fund. Univ. Rio Grande	86,8	88,4	87,6	83,9
UF Rural Pernambuco	87,8	80,9	83,7	83,9
UF Santa Catarina	81,4	82,7	81,3	83,5
UF Ceará	85,0	81,1	80,1	82,2
Fund. UF M. Grosso Sul	79,4	78,3	82,8	82,0
UF Fluminense	83,5	78,5	76,1	80,8
Fund. UF Rondônia	89,5	83,3	82,6	80,7
Fund. Univ. Maranhão	81,2	80,1	86,4	80,5
UF Pernambuco	70,1	77,0	77,2	80,4
UF Bahia	87,5	86,0	82,8	80,3
Fund. UF Pelotas	85,3	84,5	82,3	80,1
UF de Lavras	74,9	78,4	76,6	79,5
UF Rio Grande do Norte	82,1	81,5	81,1	78,3
Fund. Univ. Rio de Janeiro	79,5	77,3	75,3	77,5
Fund. UF Mato Grosso	83,5	82,3	77,9	76,8
UF Juiz de Fora	80,6	79,1	72,6	75,4
Fund. UF Sergipe	86,8	85,5	81,0	74,9
UF Espírito Santo	73,0	79,8	75,8	74,5
UF Santa Maria	83,8	78,8	74,6	74,3
Fund. Univ. Amazonas	74,5	74,9	74,3	73,3
UF Roraima	82,3	81,1	81,3	73,1
UF Goiás	77,7	76,4	69,1	70,9
UF Minas Gerais	67,0	66,2	66,3	70,9
Fund. UF Amapá	79,2	72,6	65,1	68,7
Fund. Univ. Brasília	72,7	65,9	56,5	57,3
UF São Paulo	56,5	52,2	53,6	53,9
UF Paraná	61,0	62,0	62,2	53,2
Brasil	79,8	78,5	77,6	77,7

Fonte: SIAFI/SIDOR.

Tendo em vista que, para o cálculo desse indicador, são excluídas as despesas extraordinárias representadas pelos precatórios, bem como o pagamento de inativos e pensionistas, considerou-se excessiva a discrepância encontrada entre os índices referentes às 39 instituições (entre 53% e 90%). Tais diferenças podem estar associadas

à dimensão dos quadros de servidores, à sua titulação e a possíveis incorporações salariais decorrentes de decisões judiciais. Entretanto, é possível que a titulação não tenha sido a principal causa dessa discrepância, especificamente no caso das universidades que ocupam as posições extremas da tabela 2.9, tendo em vista que a primeira apresentava, naquele ano, índice de docentes titulados (mestres/doutores) de cerca de 84%, enquanto, para a outra, o índice era de 65%. Portanto, esta não é uma diferença tão significativa. Por outro lado, é provável que os gastos com a função Saúde tenham influenciado bastante na composição desse índice.

TABELA 2.10
Gasto com Inativos/Pensionistas sobre o
Gasto Total nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998
UF Rural Pernambuco	37,0	35,5	40,2	42,9
UF Ceará	31,0	35,0	35,0	40,5
UF Pernambuco	27,2	34,0	37,0	37,7
UF Bahia	32,2	32,7	35,9	37,2
UF Rio Grande do Sul	29,2	33,7	36,2	34,7
UF Minas Gerais	27,1	29,5	30,9	34,0
UF Juiz de Fora	26,3	30,0	32,6	32,1
UF Rural Rio de Janeiro	27,2	28,3	29,1	31,7
UF Rio Grande do Norte	22,8	25,2	29,1	31,3
Fund. UF Pelotas	24,9	26,5	29,1	31,2
UF Fluminense	23,2	26,7	29,9	30,0
UF Alagoas	22,8	26,9	25,5	29,9
UF Santa Maria	22,9	23,9	28,5	29,8
UF Goiás	24,8	28,0	28,5	29,8
UF Rio de Janeiro	25,9	26,8	26,4	29,6
UF Paraíba	23,3	23,3	27,0	29,6
Fund. Univ. Maranhão	27,8	25,2	28,5	29,3
UF Espírito Santo	23,7	25,0	26,7	27,6
UF Paraná	26,8	28,0	30,8	27,6
UF Pará	18,5	23,8	26,0	27,2
UF Santa Catarina	21,1	20,4	23,0	26,9
Fund. UF Sergipe	21,8	23,9	24,2	25,7
Fund. UF Viçosa	20,1	21,9	22,8	24,9
Fund. UF Piauí	16,5	18,9	22,1	24,8
Univ. Rio de Janeiro	18,1	19,7	21,4	23,6
Fund. Univ. Rio Grande	17,4	18,1	21,5	23,1
Fund. UF Ouro Preto	13,5	18,6	20,4	22,6
UF Lavras	21,2	20,6	20,0	21,2
Fund. UF Mato Grosso	12,9	14,5	19,5	20,9
Fund. Univ. Amazonas	14,0	14,5	18,4	20,6
Fund. UF Acre	9,6	14,0	15,8	18,7
Fund. UF Uberlândia	12,2	13,8	16,8	18,6
Fund. Univ. Brasília	14,0	17,5	16,3	18,5
Fund. UF São Carlos	10,5	11,5	15,7	16,8
Fund. UF M. Grosso Sul	11,0	11,4	11,6	15,2
UF São Paulo	9,4	8,9	10,1	11,7
Fund. UF Rondônia	2,5	3,2	5,2	5,5
UF Roraima	1,1	1,1	1,9	2,3
Fund. UF Amapá	-	-	-	-
Brasil	22,7	24,6	26,6	28,4

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 2.11
Gasto com Inativos/Pensionistas sobre o Gasto
Operacional com Pessoal nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998
UF Rural Pernambuco	67,0	68,0	80,4	89,4
UF Ceará	52,8	66,5	67,2	83,0
UF Pernambuco	53,2	66,9	76,0	75,4
UF Bahia	54,4	56,6	67,5	73,7
UF Minas Gerais	55,4	63,3	67,3	72,6
UF Paraná	60,1	62,5	71,5	71,5
UF Rio Grande do Sul	45,9	62,6	69,4	63,1
UF Juiz de Fora	44,2	54,1	66,8	62,6
UF Goiás	42,3	51,0	57,6	59,9
UF Rio Grande do Norte	36,0	41,4	50,5	58,3
UF Santa Maria	35,5	39,8	53,3	57,2
Fund. UF Pelotas	38,8	42,7	49,9	56,6
UF Rural Rio de Janeiro	41,8	46,2	48,3	53,8
UF Fluminense	36,2	46,3	55,9	53,1
Fund. Univ. Maranhão	47,4	42,0	46,1	51,4
UF Espírito Santo	42,5	41,9	48,0	51,1
UF Paraíba	36,2	36,5	43,6	49,7
UF Alagoas	33,9	42,4	38,3	48,8
UF Rio de Janeiro	39,6	42,8	40,3	46,6
Fund. UF Sergipe	32,1	36,8	39,4	46,3
UF Pará	27,8	36,4	41,8	44,1
UF Santa Catarina	32,8	31,0	36,8	44,0
Fund. Univ. Rio de Janeiro	27,8	31,8	36,3	39,9
Fund. Univ. Brasília	22,4	32,3	34,5	39,6
Fund. UF Piauí	22,6	26,9	33,6	39,1
Fund. UF Viçosa	29,7	35,4	36,3	38,6
Fund. Univ. Rio Grande	24,3	25,0	31,3	35,8
Fund. Univ. Amazonas	21,9	22,6	30,4	35,4
Fund. UF Mato Grosso	17,8	20,6	31,0	34,4
Fund. UF Ouro Preto	17,9	27,1	31,8	34,2
UF de Lavras	36,0	33,1	32,7	33,9
Fund. UF Acre	12,2	18,7	21,9	27,0
Fund. UF Uberlândia	17,1	18,5	22,7	26,0
UF São Paulo	18,5	18,8	20,9	24,6
Fund. UF São Carlos	15,4	15,8	23,2	23,3
Fund. UF M. Grosso Sul	15,6	16,4	15,9	21,9
Fund. UF Rondônia	2,8	4,0	6,7	7,2
UF Roraima	1,3	1,4	2,4	3,2
Fund. UF Amapá	-	-	-	-
Brasil	36,8	41,5	46,7	51,1

Fonte: SLAFI/SIDOR.

TABELA 2.12
Despesas de Capital sobre o Gasto Operacional Total
nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998
Fund. UF Viçosa	7,4	11,5	4,3	5,4
UF Santa Maria	2,9	5,4	3,7	3,0
UF Rio Grande do Norte	3,6	3,9	3,3	2,6
UF Juiz de Fora	3,7	2,8	5,5	2,5
UF Espírito Santo	8,1	2,3	3,3	2,0
Fund. Univ. Brasília	2,1	2,8	4,1	1,9
UF Paraná	7,0	3,0	2,2	1,9
UF Goiás	3,6	3,4	6,3	1,9
Fund. UF São Carlos	14,2	4,6	5,5	1,5
UF Rio Grande do Sul	2,8	5,6	4,1	1,5
UF Rural Rio de Janeiro	1,6	2,3	1,7	1,4
Fund. Univ. Rio Grande	3,7	2,2	1,4	1,3
Fund. Univ. Rio de Janeiro	1,5	1,7	2,4	1,3
Fund. UF Piauí	2,5	1,7	3,2	1,2
Fund. UF M. Grosso Sul	3,5	3,8	1,1	1,1
Fund. UF Rondônia	2,1	4,7	2,4	1,1
Fund. UF Uberlândia	9,0	3,0	1,8	1,0
UF de Lavras	11,9	2,6	3,4	1,0
Fund. UF Mato Grosso	4,2	3,6	3,7	1,0
Fund. UF Amapá	3,8	7,8	5,5	0,9
UF São Paulo	1,9	1,9	1,5	0,9
Fund. UF Ouro Preto	2,7	6,0	8,0	0,8
Fund. UF Pelotas	1,0	1,8	1,6	0,8
UF Santa Catarina	4,7	1,9	1,1	0,7
Fund. UF Acre	4,0	1,1	2,2	0,6
Fund. Univ. Maranhão	5,5	1,4	1,1	0,6
Fund. UF Sergipe	1,2	1,3	2,1	0,6
UF Bahia	2,0	1,7	3,0	0,5
UF Minas Gerais	9,9	3,4	3,4	0,5
UF Pará	3,8	1,5	1,4	0,5
UF Ceará	5,4	2,3	5,6	0,4
Fund. Univ. Amazonas	4,9	3,0	1,1	0,3
UF Pernambuco	14,7	7,1	4,8	0,3
UF Roraima	4,9	5,1	2,9	0,3
UF Paraíba	3,6	1,8	1,2	0,3
UF Rio de Janeiro	2,3	2,1	0,8	0,3
UF Fluminense	1,2	2,2	1,5	0,3
UF Rural Pernambuco	3,2	3,1	2,1	0,2
UF Alagoas	3,7	2,5	0,7	0,1
Brasil	4,6	3,1	2,6	1,1

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 2.13
Outras Despesas Correntes Sobre o Gasto
Operacional Total nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998
UF Paraná	30,6	33,2	33,6	43,4
UF São Paulo	38,1	42,6	40,9	41,5
Fund. Univ. Brasília	24,6	30,7	38,8	40,3
Fund. UF Amapá	17,0	19,7	29,4	30,4
UF Minas Gerais	21,8	29,0	28,8	27,1
UF Roraima	12,9	13,8	15,9	26,6
UF Goiás	17,2	18,7	22,9	25,8
Fund. Univ. Amazonas	19,7	21,2	23,4	25,2
Fund. UF Sergipe	12,0	13,2	16,3	24,0
UF Espírito Santo	18,0	16,9	19,7	22,3
UF Santa Maria	12,5	15,0	20,8	21,9
Fund. UF Mato Grosso	12,0	13,7	17,8	21,8
UF Juiz de Fora	13,9	16,3	20,0	20,4
Fund. Univ. Rio de Janeiro	17,8	19,8	21,2	20,0
UF de Lavras	13,2	19,0	20,0	19,5
UF Rio Grande do Norte	13,6	13,8	15,4	18,4
UF Bahia	9,6	11,4	13,3	18,4
Fund. UF Rondônia	8,4	12,0	15,0	18,3
UF Pernambuco	14,0	14,6	16,6	17,8
UF Fluminense	14,2	18,1	21,0	17,8
Fund. UF Pelotas	12,1	12,2	14,4	17,6
Fund. Univ. Maranhão	11,8	17,1	10,9	17,5
UF Ceará	8,9	15,7	13,3	16,5
UF Rural Pernambuco	9,0	16,0	14,2	16,0
Fund. UF M. Grosso Sul	16,1	17,4	15,0	15,9
UF Santa Catarina	13,6	15,1	17,1	15,4
UF Paraíba	12,0	14,3	13,3	14,7
UF Pará	13,8	12,0	13,8	14,4
UF Rio Grande do Sul	7,6	13,3	14,0	14,3
Fund. Univ. Rio Grande	9,3	8,6	10,0	13,9
Fund. UF Acre	8,7	12,1	12,3	13,9
Fund. UF Ouro Preto	10,6	9,8	11,5	13,7
Fund. UF Piauí	8,5	10,4	10,4	12,6
UF Rural Rio de Janeiro	9,3	12,3	13,3	12,3
UF Alagoas	8,6	9,8	9,3	12,1
Fund. UF São Carlos	9,6	13,5	14,4	11,8
Fund. UF Uberlândia	8,0	9,3	7,6	9,6
Fund. UF Viçosa	7,7	9,4	14,5	8,9
UF Rio de Janeiro	8,4	11,4	9,3	8,4
Brasil	14,7	17,5	18,7	20,2

Fonte: SLAFI/SIDOR.

No intuito de responder a essa questão, são apresentados, no quarto capítulo deste trabalho, índices salariais médios, por meio dos quais foi possível estabelecer relações com o índice de titulação de servidores.

2.2.2 Gasto com Inativos e Pensionistas sobre o Gasto Total

Esse indicador visa evidenciar quanto do gasto total das UF é revertido para o custeio de benefícios previdenciários. O gasto total, aqui considerado, exclui o pagamento de precatórios, devido a seu caráter extraordinário e não proporcional. Em alguma medida, esse indicador reflete o estágio de amadurecimento da instituição.

Observou-se comportamento único entre as universidades no que se refere à participação dos benefícios previdenciários sobre os gastos totais. Nesse caso, apenas uma (UF de Lavras) das 38 instituições que respondem por esse tipo de despesa não apresentou, em 1998, índice superior ao do início do período. No extremo oposto, a UF de Pernambuco registrou aumento de dez pontos percentuais entre 1995 e 1998 (de 27,2% para 37,7%).

Assim como se verificou em relação à categoria *gasto total*, as UF apresentaram extrema heterogeneidade no grau de comprometimento orçamentário devido às despesas com inativos e pensionistas. Se, no topo da lista, a Universidade Federal Rural de Pernambuco ostentava, em 1998, índice de cerca de 43%, em posição extrema encontrava-se a Universidade Federal de Roraima, com algo em torno de 2%. Entretanto, a variável que teria maior influência na formação desse índice não seria a dimensão física, mas o tempo de existência da instituição e seu histórico de expansão.

2.2.3 Gasto com Inativos e Pensionistas sobre o Gasto Operacional com Pessoal

Pretendeu-se, sob esse enfoque, identificar possíveis tendências, unitárias e/ou de conjunto, pela relação entre os gastos com inativos e pensionistas e aqueles com o pessoal em atividade, que dessem margem a inferências, no âmbito deste estudo, acerca da reposição dos quadros de servidores das UF.

Assim como no caso anterior, verificou-se, para esse indicador, tendência de crescimento ao longo do período; em 1998, 37 universidades apresentaram índices superiores aos de 1995. O índice médio para o conjunto das universidades cresceu, em período semelhante, em mais de onze pontos percentuais.

2.2.4 Despesas de Capital sobre o Gasto Operacional Total

O bom funcionamento da máquina administrativa das UF, assim como o adequado desempenho de suas missões institucionais (ensino, pesquisa e extensão), dependem, sobretudo na atualidade, de um padrão tecnológico mínimo. Isso implica não só a constante manutenção desse aparato como também sua eventual renovação, para fazer frente aos atuais e aos novos desafios colocados pela produção e transmissão do conhecimento.

Nesse sentido, o investimento em capital fixo constitui variável a ser considerada na avaliação das condições presentes e das perspectivas futuras de desempenho das UF.

De modo geral, os índices obtidos no âmbito desse indicador são pouco promissores, pois houve redução significativa da participação dessa modalidade de despesa em relação ao gasto total. Cabe ressaltar que, dessa categoria de gasto total, foram excluídas as despesas com inativos e pensionistas e sentenças judiciais.

Além do decréscimo do índice médio, no período 1995/1998 (de 4,3% para 0,8% do gasto operacional total), houve também redução do montante nominal de recursos. Se, no ano inicial, foram despendidos cerca de R\$ 173 milhões, ao final, esse volume havia decrescido para pouco mais de R\$ 31 milhões. Isso fez que, em 1998, todas as 39 universidades registrassem índices inferiores aos do início da série histórica.

2.2.5 Outras Despesas Correntes sobre o Gasto Operacional Total

Dada a natureza dessas despesas, cujos preços não podem ser fixados pela União, a exemplo do que ocorre em relação aos salários do funcionalismo público, houve tendência de crescimento contínuo ao longo do período. À exceção das UF de Santa Catarina e do Paraná, cujos índices, em 1998, situaram-se ligeiramente abaixo do registrado em 1995, todas as demais universidades evidenciaram aumentos significativos da participação das outras despesas correntes no gasto total.

Ao que tudo indica, o aumento geral dos gastos dessa rubrica implicou redução drástica nos investimentos de capital. Se, em números absolutos, houve incremento de R\$ 143,4 milhões para aquele dispêndio, para o investimento a redução foi semelhante (R\$ 141,5 milhões).

2.3 Conclusões

Considerando-se as especificidades embutidas na composição do gasto total, a análise dessa categoria, *per se*, não é suficiente para se delinear, de forma conseqüente, o comportamento dos recursos financeiros efetivamente voltados para o que se poderia denominar de o bom cumprimento das missões atribuídas à universidade.

Para tanto, tornou-se necessário desagregar esse gasto segundo suas componentes clássicas. Por exemplo, no cálculo do dispêndio das universidades com sua manutenção, faz-se necessário excluir as despesas com inativos/pensionistas e aquelas relativas ao cumprimento das sentenças judiciais trabalhistas (precatórios). Desse prisma, constatou-se que o gasto operacional das universidades sofreu redução de cerca de 1,4%, entre o início e o final do quadriênio.

Por sua vez, as despesas de pessoal, tidas como ordinárias, apresentaram decréscimo consideravelmente maior (4,0%). Como foi mencionado, muitas das aposentadorias precoces (proporcionais) verificadas ao longo do quadriênio constituíram a

reação natural daqueles que, pela lei, haviam adquirido o direito a esse benefício, mas que poderiam perdê-lo em face da iminente reforma da Previdência. Essa contingência contribuiu para o aumento do volume de benefícios em mais de R\$ 390 milhões, entre 1995 e 1998, e também para reduzir a massa geral de salários das UF.

No entanto, o gasto regular com pessoal mostrou-se bastante elevado, se relacionado ao gasto operacional das universidades. Somente três instituições apresentaram percentuais inferiores a 60% desse gasto, enquanto o índice médio situou-se em torno de 78%.

No que se refere à modalidade da despesa de capital, identificou-se drástica redução dos recursos disponibilizados às universidades. Sabe-se, no entanto, que boa parte das UF dispõe, na atualidade, de entidades autônomas de captação de recursos (fundações de fomento à pesquisa) que, em parte, vêm suprindo as carências não contempladas pelos recursos de origem federal.

As outras despesas correntes, que em sua maioria são realizadas no âmbito do mercado, tiveram substancial crescimento. Enquanto o índice médio para o conjunto das universidades ampliou-se de 14,7% para 20,2%, houve casos em que, para o último ano do período, o gasto operacional esteve comprometido em mais de 40% com essa modalidade de despesa.

Por fim, constatou-se que os gastos com as universidades federais tiveram sua participação substancialmente reduzida em relação ao dispêndio global do MEC, entre o início e o final do período do estudo. Se, em 1995, o gasto total com as UF representava pouco mais de 58% do volume total de recursos executados pelo MEC, em 1998, tal participação havia decrescido para 54%. No caso do gasto operacional, essa redução foi ainda mais acentuada, de 53% para 47%.

3 O DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

São apresentados e analisados, neste capítulo, dados e informações acerca dos insumos produzidos e dos serviços prestados pelas universidades federais, segundo as categorias que se seguem: (i) alunos matriculados nos cursos de graduação; (ii) alunos concluintes dos cursos de graduação; (iii) alunos matriculados em cursos de mestrado; (iv) alunos matriculados em cursos de doutorado; (v) alunos titulados em cursos de mestrado; (vi) alunos titulados em cursos de doutorado; (vii) alunos matriculados em outros níveis de ensino; e (viii) trabalhos publicados.

O objetivo deste capítulo é dimensionar, ainda que em termos absolutos, o desempenho das 39 universidades federais. Esses dados de desempenho, uma vez que não foram cotejados com as dimensões físicas dessas instituições, não se prestam a análises comparadas. Desse modo, as tabelas que se seguem têm por objetivo oferecer uma visão geral das distintas dimensões dessas instituições.

As informações utilizadas tiveram como fontes o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Secretaria de Ensino Superior (SESU), ambos vinculados ao Ministério da Educação.

3.1 Os Indicadores Simples De acordo com Cauenin, citado por Schwartzman (1998), os dados apresentados a seguir podem ser classificados como indicadores simples, na medida em que “(...) são usualmente expressos em termos de números absolutos e procuram fornecer uma descrição relativamente não viesada de uma situação ou processo (...)”.

Cabe ressaltar que, vistos de forma não relacionada a outras informações, esses indicadores pouco auxiliam na formulação de conclusões acerca do real desempenho das instituições universitárias. Entretanto, a simples tomada de conhecimento acerca de sua existência permite dimensionar o sistema, perceber sua heterogeneidade, bem como categorizar os dados da ótica da regionalização.

3.1.1 Alunos Matriculados nos Cursos de Graduação Os dados aqui apresentados são oriundos do Censo do Ensino Superior, realizado pelo INEP/MEC. Conforme pode ser observado na tabela 3.1, existem inconsistências nas séries históricas de pelo menos nove universidades, sobretudo em relação aos anos intermediários. Isso se explica pelo fato de que, até 1997, esses dados eram fornecidos mediante o preenchimento manual de formulários e, muitas vezes, por pessoas não preparadas para o exercício de tal atribuição. Somente a partir do ano seguinte é que se implantou um sistema de coleta de informações mais confiável.

Ainda que esses dados de matrícula nas universidades federais devam ser aceitos com ressalvas, a tabela 3.1 proporciona uma visão geral da evolução do alunado, ao longo do período 1995/1998. O único índice de crescimento da matrícula que ficou bastante comprometido devido a essa inconsistência da série histórica foi o da Universidade Federal de Santa Catarina.

TABELA 3.1
Alunos Matriculados em Cursos de Graduação nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998	98/95 (%)	Total (95) (%)	Total (98) (%)
UF Rio de Janeiro	21 678	27 129	25 435	24 971	15,2	6,1	6,4
UF Pará	21 121	20 804	20 211	20 444	-3,2	6,0	5,2
UF Fluminense	15 967	16 234	22 097	20 279	27,0	4,5	5,2
UF Paraíba	17 147	17 753	18 132	18 950	10,5	4,9	4,8
UF Minas Gerais	16 559	17 841	17 288	18 351	10,8	4,7	4,7
UF Rio Grande do Sul	16 056	16 974	17 049	17 904	11,5	4,6	4,6
UF Bahia	16 874	16 750	17 156	17 723	5,0	4,8	4,5
UF Pernambuco	15 836	14 962	15 314	16 065	1,5	4,5	4,1
UF Paraná	15 335	15 153	16 762	15 131	-1,3	4,3	3,9
Fund. Univ. de Brasília	12 811	13 581	14 170	14 651	14,4	3,6	3,7
UF Santa Catarina	15 588	16 046	18 384	14 340	-8,0	4,4	3,7
UF Ceará	10 567	10 704	11 718	13 357	26,4	3,0	3,4
UF Rio Grande do Norte	9 942	9 820	10 510	11 648	17,2	2,8	3,0
UF Uberlândia	9 435	9 287	9 658	10 997	16,6	2,7	2,8
UF Goiás	9 716	10 144	10 080	10 795	11,1	2,8	2,8
Fund. Univ. do Amazonas	7 881	12 879	9 090	10 664	35,3	2,2	2,7
UF Espírito Santo	9 684	10 174	10 161	10 418	7,6	2,7	2,7
UF Santa Maria	9 919	9 832	10 011	10 376	4,6	2,8	2,6
UF Mato Grosso	9 675	10 455	10 418	10 104	4,4	2,7	2,6
UF Maranhão	8 911	9 027	9 126	9 152	2,7	2,5	2,3
UF Piauí	8 177	8 056	8 226	8 916	9,0	2,3	2,3
UF Mato Grosso do Sul	7 304	7 750	8 062	8 727	19,5	2,1	2,2
UF Alagoas	6 492	7 098	7 592	8 373	29,0	1,8	2,1
UF Juiz de Fora	7 087	7 211	7 456	7 796	10,0	2,0	2,0
UF Sergipe	6 021	6 253	6 396	6 843	13,7	1,7	1,7
UF Pelotas	5 276	5 809	5 844	6 357	20,5	1,5	1,6
UF Rural de Pernambuco	4 949	5 429	5 347	5 556	12,3	1,4	1,4
UF Viçosa	4 848	5 351	5 006	5 314	9,6	1,4	1,4
Univ. do Rio de Janeiro	3 912	4 978	4 129	4 917	25,7	1,1	1,3
UF Rural do Rio de Janeiro	4 867	4 673	4 766	4 875	0,2	1,4	1,2
UF São Carlos	4 061	4 364	4 641	4 863	19,8	1,2	1,2
Fund. Univ. do Rio Grande	4 269	4 447	4 465	4 758	11,5	1,2	1,2
UF Rondônia	3 596	3 944	4 256	4 481	24,6	1,0	1,1
UF Acre	2 900	2 900	3 669	3 514	21,2	0,8	0,9
UF Roraima	1 517	2 594	2 897	3 347	120,6	0,4	0,9
UF Ouro Preto	2 210	2 358	2 459	2 641	19,5	0,6	0,7
UF Amapá	2 126	2 137	1 836	2 195	3,3	0,6	0,6
UF Lavras	1 688	1 736	1 771	1 797	6,5	0,5	0,5
UF São Paulo	1 233	1 243	1 281	1 283	4,1	0,4	0,3
Brasil	353 235	373 880	382 869	392 873	11,2		

Fonte: INEP/MEC.

Conforme se observa na tabela 3.1, o crescimento médio do alunado nas universidades federais foi superior a 11%, no quadriênio. Entretanto, com base nos dados do Censo do Ensino Superior,⁷ constata-se que as vagas oferecidas pelas universidades federais ampliaram-se em apenas 6,5%, no mesmo período, enquanto o aumento da demanda, segundo as inscrições nos concursos vestibulares, foi da ordem de 15,6%. Isso evidencia que a oferta de novas vagas não tem acompanhado o crescimento da demanda que, supõe-se, seja decorrente não só da ampliação do número de egressos do ensino médio, mas, principalmente, das restrições orçamentárias às

⁷ Constantes das sinopses estatísticas do ensino superior, editadas pelo INEP/MEC.

quais esteve sujeita a classe média, nos últimos anos, e que têm levado a maior procura pelo ensino superior público.

Tal hipótese pode ser corroborada por indicadores como o número de inscritos nos vestibulares e o aproveitamento das vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior. Enquanto entre as instituições públicas as inscrições ampliaram-se em 13,7%, no período 1995/1998, nas instituições privadas, o índice não atingiu 1,0%. Do mesmo modo, os índices de aproveitamento das vagas diferiram substancialmente entre essas duas categorias institucionais. Se entre as públicas houve ampliação, de 88,7% para 95,5%, na esfera privada ocorreu o inverso: de 81,5%, no início do período, passou-se para 79,8%, ao final.

O crescimento da matrícula foi comum à maioria das universidades federais, ainda que em níveis distintos. Em 1998, apenas três delas apresentaram índices inferiores aos do início da série. Mesmo assim, suspeita-se que, pelo menos para uma delas (UF de Santa Catarina), o quantitativo referente ao último ano esteja incorreto, considerando-se a tendência identificada ao longo dos três anos antecedentes.

A liderança entre as universidades que tiveram crescimento positivo ficou por conta da UF de Roraima, o que se explica por ser a mais nova entre as universidades federais, ou seja, por encontrar-se ainda em processo de expansão.

Outra conclusão que se pode extrair, a partir dos dados contidos na tabela 3.1, refere-se à regionalização da matrícula. Nesse caso, o que se identificou foi a distribuição equivalente entre as regiões Sudeste e Nordeste e entre o Norte e o Centro-Oeste, enquanto a região Sul respondeu por uma participação intermediária entre as demais.

Além disso, ao relacionar-se o total de alunos matriculados com a população residente em cada região, constata-se certa vantagem em favor das regiões mais pobres do país. Enquanto a região mais populosa, o Sudeste, concentrava, em 1996, cerca de 42,7% da população brasileira, as universidades federais aí estabelecidas respondiam por apenas 30,2% da matrícula dessa categoria institucional. Em situação oposta encontrava-se o Nordeste, que abrigava 28,7% da população nacional e detinha 29,7% da matrícula das universidades federais.

Considerando-se a inconsistência de algumas das séries históricas apresentadas na tabela 3.1, optou-se por estabelecer um índice médio de matrícula para o quadriênio, obtido mediante a eliminação dos valores extremos, e cujos resultados se encontram na tabela 3.2. Assim, acredita-se ter elaborado um *ranking* entre as UF mais condizente com a situação real.

TABELA 3.2
Índice Médio de Matrícula de Alunos de Graduação
nas Universidades Federais

Universidades	Matrícula Média
UF do Rio de Janeiro	25 203
UF do Pará	20 624
UF Fluminense	18 257
UF da Paraíba	17 943
UF de Minas Gerais	17 565
UF da Bahia	17 015
UF do Rio Grande do Sul	17 012
UF de Santa Catarina	15 817
UF de Pernambuco	15 575
UF do Paraná	15 244
Fund. Univ. de Brasília	13 876
UF do Ceará	11 211
Fund. UF de Mato Grosso	10 261
UF do Rio Grande do Norte	10 226
UF do Espírito Santo	10 168
UF de Goiás	10 112
UF de Santa Maria	9 965
Fund. Univ. do Amazonas	9 877
Fund. UF de Uberlândia	9 547
Fund. Univ. do Maranhão	9 077
Fund. UF do Piauí	8 202
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	7 906
UF de Alagoas	7 345
UF de Juiz de Fora	7 334
Fund. UF de Sergipe	6 325
Fund. UF de Pelotas	5 827
UF Rural de Pernambuco	5 388
Fund. UF de Viçosa	5 160
UF Rural do Rio de Janeiro	4 817
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	4 523
Fund. UF de São Carlos	4 503
Fund. Univ. do Rio Grande	4 456
Fund. UF de Rondônia	4 100
Fund. UF do Acre	3 207
UF de Roraima	2 746
Fund. UF de Ouro Preto	2 409
Fund. UF do Amapá	2 132
UF de Lavras	1 754
UF de São Paulo	1 262
Brasil	378 375

Fonte: INEP/MEC.

3.1.2 Alunos Concluintes da Graduação

Outro indicador de desempenho das universidades consiste no quantitativo de alunos diplomados, a

cada ano, nos cursos de graduação. É certo que, nesse caso, há interferência de variáveis extrínsecas às instituições na definição desses índices, mas também há fatores internos que podem contribuir para que a vida acadêmica dos alunos possa ser mais ou menos longa. Entre estes estão a estrutura curricular dos cursos, a regularidade na oferta das disciplinas e até a própria capacidade didático-pedagógica dos docentes.

TABELA 3.3
Alunos Diplomados em Cursos de Graduação nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	97/95 (%)	Média
UF de Minas Gerais	3 068	3 320	3 246	5,8	3 211
UF do Rio de Janeiro	2 549	3 083	3 703	45,3	3 112
UF do Pará	2 616	2 554	2 164	-17,3	2 445
UF da Paraíba	2 275	2 317	2 398	5,4	2 330
UF do Paraná	2 019	2 343	2 423	20,0	2 262
UF da Bahia	1 948	2 105	2 255	15,8	2 103
UF do Rio Grande do Sul	1 778	1 990	2 203	23,9	1 990
UF de Santa Catarina	1 889	1 797	1 980	4,8	1 889
UF Fluminense	1 725	1 729	1 866	8,2	1 773
UF de Goiás	1 669	1 689	1 692	1,4	1 683
Fundação Univ. de Brasília	1 375	1 722	1 648	19,9	1 582
UF de Pernambuco	1 732	1 497	1 455	-16,0	1 561
UF do Rio Grande do Norte	1 370	1 626	1 530	11,7	1 509
UF do Ceará	1 434	1 399	1 344	-6,3	1 392
Fund. UF de Uberlândia	1 075	1 208	1 726	60,6	1 336
UF de Santa Maria	1 276	1 381	1 247	-2,3	1 301
Fund. Univ. do Amazonas	1 109	1 186	1 448	30,6	1 248
UF do Espírito Santo	1 010	1 387	1 321	30,8	1 239
Fund. UF de Mato Grosso	1 294	1 224	1 135	-12,3	1 218
UF de Juiz de Fora	1 087	1 229	1 281	17,9	1 199
Fund. Univ. do Maranhão	996	1 132	1 146	15,1	1 091
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	953	1 124	1 049	10,1	1 042
UF de Alagoas	857	882	1 173	36,9	971
Fund. UF do Piauí	918	992	936	2,0	949
Fund. UF de Viçosa	687	749	809	17,8	748
Fund. UF de Pelotas	755	746	668	-11,5	723
UF Rural do Rio de Janeiro	485	604	710	46,4	600
Fund. UF de São Carlos	538	590	665	23,6	598
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	653	552	548	-16,1	584
Fund. UF de Sergipe	572	510	569	-0,5	550
Fund. Univ. do Rio Grande	498	526	541	8,6	522
Fund. UF do Acre	463	396	509	9,9	456
Fund. UF de Rondônia	413	474	351	-15,0	413
UF Rural de Pernambuco	393	329	402	2,3	375
Fund. UF de Ouro Preto	247	326	324	31,2	299
UF de Lavras	232	242	265	14,2	246
UF de São Paulo	185	209	290	56,8	228
Fund. UF do Amapá	219	215	189	-13,7	208
UF de Roraima	131	209	268	104,6	203
Brasil	44 493	47 593	49 477	11,2	47 188

Fonte: INEP/MEC.

Confrontando-se as tabelas 3.2 e 3.3, observa-se que o maior efetivo de alunos matriculados não corresponde ao maior número de diplomados. Por exemplo, a

Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pelo maior alunado entre as UF, foi suplantada pela quinta colocada nesse quesito, quanto ao número de concluintes ao longo do triênio 1995/1997. De modo semelhante, a Universidade Federal Fluminense, terceira colocada em número de alunos matriculados, figurou em modesta nona posição no que concerne ao total de graduados.

Além disso, constata-se que a variação desse indicador foi mais acentuada que a da matrícula na graduação. No primeiro caso, o crescimento de 11,2% correspondeu ao período 1995/1997, enquanto índice semelhante de incremento da matrícula só foi obtido para um período maior (1995/1998).

3.1.3 Alunos Matriculados em Cursos de Mestrado

A pós-graduação, *stricto sensu*, constitui outro importante campo de atuação das universidades federais. Até 1998, essa função não era desempenhada pela totalidade das UF. Tal como se observa na tabela 3.4, quatro universidades não ofereciam cursos nesse nível do ensino, sendo todas localizadas nos exterritórios da região Norte.

Dada a natureza dessa atividade, que pressupõe menor relação alunos/professor, bem como a existência de docentes titulados em nível de doutorado, os cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, respondem por um custo *per capita* bastante superior ao do ensino de graduação. Isso é corroborado pela distribuição dos cursos de mestrado e doutorado, em relação à natureza administrativa institucional. De acordo com dados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cerca de 91% dos cursos de mestrado e doutorado existentes no Brasil, em 1997, eram de caráter público. Dos 176 cursos da iniciativa privada, cerca de 60% (106 cursos) estavam sob a jurisdição das universidades católicas.

Observa-se, no caso da pós-graduação *stricto sensu*, tendência diferente daquela que se aplica ao ensino de graduação, no que tange à regionalização da matrícula. Nesse caso, as regiões Sul e Sudeste responderam por cerca de 70% da matrícula total, contra algo como 48% da matrícula total na graduação. Conseqüentemente, as demais regiões apresentaram índices abaixo daqueles obtidos junto ao ensino de graduação, assim como inferiores ao percentual de sua população em relação à população brasileira.

TABELA 3.4
Alunos Matriculados em Cursos de Mestrado
nas Universidades Federais

Universidades	1995	1997	97/95 (%)	Total (97) (%)
UF do Rio de Janeiro	3 577	3 743	4,6	16,0
UF do Rio Grande do Sul	2 277	2 381	4,6	10,2
UF de Santa Catarina	1 790	2 322	29,7	9,9
UF de Minas Gerais	1 500	1 574	4,9	6,7
UF de Pernambuco	983	1 152	17,2	4,9
UF da Paraíba	1 014	1 078	6,3	4,6
UF Fluminense	840	1 070	27,4	4,6
Fundação Univ. de Brasília	997	1 035	3,8	4,4
UF do Paraná	750	905	20,7	3,9
UF do Ceará	813	869	6,9	3,7
UF de São Paulo	873	854	-2,2	3,7
UF da Bahia	763	758	-0,7	3,2
Fund. UF de Viçosa	608	650	6,9	2,8
Fund. UF de São Carlos	541	585	8,1	2,5
UF de Santa Maria	463	496	7,1	2,1
UF do Pará	482	479	-0,6	2,1
UF de Goiás	285	376	31,9	1,6
UF do Rio Grande do Norte	387	356	-8,0	1,5
UF de Lavras	304	349	14,8	1,5
Fund. UF de Uberlândia	258	295	14,3	1,3
UF Rural do Rio de Janeiro	247	269	8,9	1,2
UF do Espírito Santo	196	264	34,7	1,1
Fund. UF de Pelotas	194	241	24,2	1,0
Fund. UF de Mato Grosso	172	186	8,1	0,8
UF Rural de Pernambuco	171	155	-9,4	0,7
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	129	145	12,4	0,6
UF de Alagoas	73	139	90,4	0,6
UF de Juiz de Fora	144	113	-21,5	0,5
Fund. Univ. do Amazonas	62	112	80,7	0,5
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	72	106	47,2	0,5
Fund. Univ. do Rio Grande	51	102	100,0	0,4
Fund. UF de Ouro Preto	50	90	80,0	0,4
Fund. Univ. do Maranhão	56	88	57,1	0,4
Fund. UF de Sergipe	52	53	1,9	0,2
Fund. UF do Piauí	54	26	-51,9	0,1
Fund. UF de Rondônia	-	-	-	-
Fund. UF do Acre	-	-	-	-
UF de Roraima	-	-	-	-
Fund. UF do Amapá	-	-	-	-
Brasil	21 228	23 416	10,3	

Fonte: CAPES/MEC.

TABELA 3.5
Alunos Matriculados em Cursos de Doutorado
nas Universidades Federais

Universidades	1995	1997	97/95 (%)	Total (97) (%)
UF do Rio de Janeiro	2 278	2 724	19,6	29,6
UF do Rio Grande do Sul	789	973	23,3	10,6
UF de Santa Catarina	530	823	55,3	8,9
UF de Minas Gerais	602	720	19,6	7,8
UF de São Paulo	460	698	51,7	7,6
Fund. UF de São Carlos	396	520	31,3	5,6
Fundação Univ. de Brasília	268	448	67,2	4,9
Fund. UF de Viçosa	312	443	42,0	4,8
UF do Paraná	208	277	33,2	3,0
UF de Pernambuco	189	274	45,0	3,0
UF Fluminense	181	212	17,1	2,3
UF do Ceará	128	185	44,5	2,0
UF da Bahia	106	184	73,6	2,0
UF de Lavras	83	153	84,3	1,7
UF Rural do Rio de Janeiro	105	138	31,4	1,5
UF da Paraíba	62	81	30,7	0,9
UF do Pará	59	72	22,0	0,8
Fund. UF de Uberlândia	28	66	135,7	0,7
UF do Rio Grande do Norte	34	59	73,5	0,6
Fund. UF de Pelotas	26	52	100,0	0,6
UF de Santa Maria	21	42	100,0	0,5
UF do Espírito Santo	13	22	69,2	0,2
UF Rural de Pernambuco	13	21	61,5	0,2
Fund. Univ. do Rio Grande	8	16	100,0	0,2
Fund. UF de Ouro Preto	3	13	333,3	0,1
Fund. UF do Amapá	-	-	-	-
Fund. Univ. do Maranhão	-	-	-	-
Fund. UF do Piauí	-	-	-	-
UF de Alagoas	-	-	-	-
Fund. UF de Sergipe	-	-	-	-
UF de Juiz de Fora	-	-	-	-
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	-	-	-	-
Fund. UF de M. Grosso do Sul	-	-	-	-
Fund. UF de Mato Grosso	-	-	-	-
UF de Goiás	-	-	-	-
Fund. UF de Rondônia	-	-	-	-
Fund. UF do Acre	-	-	-	-
Fund. Univ. do Amazonas	-	-	-	-
UF de Roraima	-	-	-	-
Brasil	6 902	9 216	33,5	

Fonte: CAPES/MEC.

TABELA 3.6
Alunos Titulados em Cursos de Mestrado
nas Universidades Federais

Universidades	1995	1997	97/95 (%)	Total (97) (%)
UF do Rio de Janeiro	782	896	14,6	14,2
UF do Rio Grande do Sul	487	642	31,8	10,2
UF de Santa Catarina	340	498	46,5	7,9
UF de Minas Gerais	377	427	13,3	6,8
Fundação Univ. de Brasília	234	405	73,1	6,4
UF de Pernambuco	245	296	20,8	4,7
UF de São Paulo	249	288	15,7	4,6
UF da Paraíba	208	272	30,8	4,3
Fund. UF de Viçosa	193	267	38,3	4,2
UF do Ceará	148	249	68,2	4,0
UF Fluminense	204	241	18,1	3,8
UF da Bahia	169	215	27,2	3,4
UF do Paraná	195	209	7,2	3,3
UF de Santa Maria	123	181	47,2	2,9
Fund. UF de São Carlos	158	173	9,5	2,7
UF do Rio Grande do Norte	59	119	101,7	1,9
UF de Goiás	61	109	78,7	1,7
UF de Lavras	126	104	-17,5	1,7
UF do Pará	63	89	41,3	1,4
UF Rural do Rio de Janeiro	87	82	-5,8	1,3
Fund. UF de Pelotas	62	79	27,4	1,3
Fund. UF de Uberlândia	53	75	41,5	1,2
UF Rural de Pernambuco	43	61	41,9	1,0
UF do Espírito Santo	44	57	29,6	0,9
Fund. UF de Mato Grosso	29	53	82,8	0,8
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	21	42	100,0	0,7
Fund. UF de M. Grosso do Sul	13	35	169,2	0,6
Fund. Univ. do Rio Grande	8	24	200,0	0,4
UF de Juiz de Fora	15	23	53,3	0,4
Fund. UF de Sergipe	3	22	633,3	0,4
Fund. UF de Ouro Preto	7	20	185,7	0,3
Fund. Univ. do Maranhão	-	16	-	0,3
Fund. UF do Piauí	11	15	36,4	0,2
Fund. Univ. do Amazonas	10	14	40,0	0,2
UF de Alagoas	5	13	160,0	0,2
Fund. UF de Rondônia	-	-	-	-
Fund. UF do Acre	-	-	-	-
UF de Roraima	-	-	-	-
Fund. UF do Amapá	-	-	-	-
Brasil	4 832	6 311	30,6	

Fonte: CAPES/MEC.

3.1.4 Alunos Matriculados em Cursos de Doutorado

Esse nível de ensino apresenta-se com índices de oferta ainda mais restritos que os de mestrado, tanto em termos de vagas oferecidas

quanto em número de instituições que as oferecem. Se os alunos matriculados em cursos de mestrado nas universidades federais somavam, em 1997, cerca de 23,4 mil, em nível de doutorado eram apenas 9,2 mil. No que se refere às instituições, 25 ofertavam cursos de doutorado, para um total de 35 que ofereciam pelo menos algum curso em nível de mestrado.

A concentração da matrícula nas regiões mais ricas é ainda maior do que no caso dos cursos de mestrado. Cerca de 86% do total de alunos estavam vinculados a instituições estabelecidas nas regiões Sul (24%) e Sudeste (62%). Além disso, o número de instituições com programas de doutorado também mostrou-se bastante reduzido nas demais regiões, a exemplo do que se verificou no Norte e no Centro-Oeste, onde havia apenas uma universidade ofertante em cada uma dessas regiões.

3.1.5 Alunos Titulados em Cursos de Mestrado

A participação dos titulados por região guarda considerável correspondência com a matrícula total. Enquanto o Sudeste apresentou taxas semelhantes (em torno de 42,7%) para ambos os indicadores, as regiões Centro-Oeste e Nordeste registraram índices de titulados superiores aos de matrícula, enquanto o Norte e o Sul evidenciaram comportamento oposto.

Dado que a taxa média de crescimento do número de titulados foi superior ao da matrícula total (33,5% contra 10,3%, respectivamente), é de se supor que isso seja um dos efeitos dos cursos instituídos em anos recentes.

3.1.6 Alunos Titulados em Cursos de Doutorado

Diferentemente do que se verificou junto aos titulados dos cursos de mestrado, a tendência aqui identificada foi favorável à região Sudeste, pois o índice obtido foi superior ao da matrícula. De maneira geral, isso se explica pelo fato de que estariam localizados, nessa região, os programas já consolidados, cujo fluxo de diplomados não é apenas maior mas também mais estável.

Conforme mostra a tabela 3.7, houve apenas três casos de universidades que não apresentaram crescimento positivo entre 1995 e 1997.

TABELA 3.7
Alunos Titulados em Cursos de Doutorado
nas Universidades Federais

Universidades	1995	1997	97/95 (%)	Total (97) (%)
UF do Rio de Janeiro	257	367	42,8	29,1
UF de São Paulo	100	166	66,0	13,2
UF do Rio Grande do Sul	97	119	22,7	9,4
UF de Minas Gerais	77	113	46,8	9,0
Fund. UF de São Carlos	56	85	51,8	6,7
UF de Santa Catarina	55	73	32,7	5,8
Fund. UF de Viçosa	36	69	91,7	5,5
Fundação Univ. de Brasília	26	43	65,4	3,4
UF de Pernambuco	11	38	245,5	3,0
UF do Paraná	33	33	-	2,6
UF Fluminense	20	28	40,0	2,2
UF da Bahia	7	27	285,7	2,1
UF de Lavras	14	24	71,4	1,9
UF do Ceará	3	19	533,3	1,5
UF Rural do Rio de Janeiro	12	17	41,7	1,4
UF do Pará	8	10	25,0	0,8
UF do Rio Grande do Norte	-	9	-	0,7
Fund. UF de Pelotas	2	7	250,0	0,6
UF da Paraíba	7	6	-14,3	0,5
UF Rural de Pernambuco	1	4	300,0	0,3
UF do Espírito Santo	-	2	-	0,2
Fund. Univ. do Rio Grande	-	1	-	0,1
UF de Santa Maria	2	1	-50,0	0,1
Fund. UF de Rondônia	-	-	-	-
Fund. UF do Acre	-	-	-	-
Fund. Univ. do Amazonas	-	-	-	-
UF de Roraima	-	-	-	-
Fund. UF do Amapá	-	-	-	-
Fund. Univ. do Maranhão	-	-	-	-
Fund. UF do Piauí	-	-	-	-
UF de Alagoas	-	-	-	-
Fund. UF de Sergipe	-	-	-	-
UF de Juiz de Fora	-	-	-	-
Fund. UF de Ouro Preto	-	-	-	-
Fund. UF de Uberlândia	-	-	-	-
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	-	-	-	-
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Fund. UF de Mato Grosso	-	-	-	-
UF de Goiás	-	-	-	-
Brasil	824	1.261	53,0	

Fonte: CAPES/MEC

TABELA 3.8
Alunos Matriculados em Outros Níveis de Ensino
nas Universidades Federais

Universidades	Pré-escola	Ensino Fund.	Ensino Médio	Total
UF do Pará	241	1 668	788	2 697
UF de Juiz de Fora	-	781	1 611	2 392
Fund. Univ. do Maranhão	100	1 181	705	1 986
UF do Rio Grande do Sul	-	363	1 319	1 682
Fund. UF de Uberlândia	196	756	233	1 185
UF de Santa Catarina	278	619	258	1 155
UF de Santa Maria	-	-	881	881
UF de Roraima	76	580	181	837
UF do Paraná	-	-	782	782
UF de Minas Gerais	-	760	-	760
UF do Rio de Janeiro	-	469	262	731
UF de Goiás	40	493	167	700
Fund. Univ. do Rio Grande	-	-	677	677
Fund. UF de Pelotas	-	-	661	661
UF Rural de Pernambuco	-	-	488	488
UF de Pernambuco	-	277	188	465
UF do Espírito Santo	48	401	-	449
UF da Paraíba	55	-	385	440
UF Rural do Rio de Janeiro	-	-	440	440
Fund. UF de Viçosa	-	-	430	430
Fund. UF do Acre	54	269	102	425
Fund. UF de Sergipe	-	263	137	400
UF Fluminense	-	-	376	376
Fund. UF de Rondônia	-	-	-	-
Fund. Univ. do Amazonas	-	-	-	-
Fund. UF do Amapá	-	-	-	-
UF de Alagoas	-	-	-	-
UF da Bahia	-	-	-	-
UF do Ceará	-	-	-	-
Fund. UF do Piauí	-	-	-	-
UF do Rio Grande do Norte	-	-	-	-
UF de Lavras	-	-	-	-
Fund. UF de Ouro Preto	-	-	-	-
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	-	-	-	-
Fund. UF de São Carlos	-	-	-	-
UF de São Paulo	-	-	-	-
Fund. Univ. de Brasília	-	-	-	-
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Fund. UF de Mato Grosso	-	-	-	-
Total	1 088	8 880	11 071	21 039

Fonte: INEP/MEC.

3.1.7 Alunos Matriculados em Outros Níveis de Ensino A maior parte das universidades mantém cursos em pelo menos algum dos outros níveis da educação escolar, desde a educação infantil até a supletiva. Esses serviços são geralmente oferecidos por meio da modalidade de escolas de aplicação, por meio das quais são realizados estágios que integram os currículos dos cursos de licenciatura.

Havia, em 1997, mais de 21 mil alunos vinculados aos cursos oferecidos pelas universidades federais, o que corresponde a mais de 5% do total da matrícula na graduação e a cerca de 65% dos alunos da pós-graduação *stricto sensu*.

3.1.8 Trabalhos Publicados As bases de dados disponibilizadas pela CAPES apresentam as publicações segundo três modalidades: (i) artigos em revistas; (ii) capítulos de livros; e (iii) trabalhos completos em anais. Os dados referentes a esses tipos de trabalho foram agregados segundo duas categorias básicas: publicações no país e no exterior. Tal categorização levou em conta, principalmente, o entendimento de que, em geral, haveria maior rigor seletivo para publicações de trabalhos no exterior por brasileiros do que no próprio país.

De acordo com os dados da CAPES, cujas bases referentes ao período 1996/1997 encontram-se disponíveis na Internet, quatro universidades federais, localizadas na região Norte, não teriam realizado publicações no biênio 1996/1997. Entretanto, sabe-se que as instituições cobertas por esse órgão vinculado ao MEC são apenas as que dispõem de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Na tabela 3.9, as universidades são classificadas segundo o total absoluto de publicações no país. A despeito das suas diferentes dimensões, pode-se constatar grande assimetria entre as universidades federais, de tal modo que a maior parcela das publicações concentra-se nas regiões Sul e Sudeste (72,2%). No entanto, esse índice se mostra compatível com os percentuais de matrícula na pós-graduação *stricto sensu* que essas regiões guardam em relação à matrícula total (70% no mestrado e 86% no doutorado).

No que concerne às publicações realizadas no exterior (tabela 3.10), constata-se concentração ainda maior em favor das regiões Sul e Sudeste (76,4% do total). Esse comportamento seria esperado, pois são justamente as universidades localizadas nessas regiões que estabelecem maior intercâmbio com instituições estrangeiras. Por sua vez, o Nordeste foi a região que perdeu participação nesse indicador, comparada à que apresentou em relação ao total de publicações no país (respectivamente, 14,6% e 19,2%).

TABELA 3.9
Trabalhos Científicos Publicados no País
por Universidade Federal

Universidades	1996	1997	Média
UF do Rio de Janeiro	2 387	2 566	2 476,5
UF de São Paulo	2 043	2 858	2 450,5
UF do Rio Grande do Sul	2 197	2 446	2 321,5
UF de Minas Gerais	1 316	1 847	1 581,5
UF de Pernambuco	1 279	1 516	1 397,5
UF do Paraná	1 277	1 392	1 334,5
Fund Univ de Brasília	985	1 169	1 077,0
UF Fluminense	1 014	1 062	1 038,0
UF de Santa Catarina	841	1 132	986,5
UF da Bahia	704	936	820,0
UF do Ceará	680	743	711,5
Fund UF de Viçosa	561	686	623,5
UF da Paraíba	550	610	580,0
UF de Lavras	622	536	579,0
UF de Santa Maria	264	550	407,0
Fund UF de São Carlos	369	389	379,0
Fund UF de Pelotas	246	338	292,0
UF do Pará	276	303	289,5
UF de Goiás	262	313	287,5
UF Rural de Pernambuco	169	336	252,5
UF Rural do Rio de Janeiro	225	275	250,0
Fund UF de Uberlândia	199	297	248,0
UF do Rio Grande do Norte	230	248	239,0
Fund Univ do Rio de Janeiro	189	142	165,5
Fund Univ do Rio Grande	191	136	163,5
UF do Espírito Santo	129	122	125,5
Fund UF de Mato Grosso	86	161	123,5
UF de Juiz de Fora	100	83	91,5
Fund UF de M. Grosso do Sul	26	79	52,5
UF de Alagoas	46	48	47,0
Fund Univ do Maranhão	17	61	39,0
Fund UF de Sergipe	35	29	32,0
Fund Univ do Amazonas	35	27	31,0
Fund UF de Ouro Preto	6	38	22,0
Fund UF do Piauí	13	16	14,5
Brasil	19 569	23 490	21 529,5

Fonte: CAPES/MEC.

TABELA 3.10
Trabalhos Científicos Publicados no Exterior
por Universidade

Universidades	1996	1997	Média
UF do Rio de Janeiro	1 454	1 577	1 515,5
UF do Rio Grande do Sul	883	1.180	1 .031,5
UF de São Paulo	806	1.040	923,0
UF de Minas Gerais	592	737	664,5
Fund. Univ. de Brasília	440	505	472,5
UF de Santa Catarina	420	470	445,0
UF de Pernambuco	399	484	441,5
Fund. UF de São Carlos	373	390	381,5
UF do Paraná	304	446	375,0
UF Fluminense	299	353	326,0
UF do Ceará	205	271	238,0
UF da Bahia	196	250	223,0
Fund. UF de Viçosa	153	203	178,0
UF da Paraíba	197	153	175,0
UF do Pará	153	145	149,0
UF Rural do Rio de Janeiro	91	120	105,5
UF de Santa Maria	85	102	93,5
UF de Lavras	88	79	83,5
UF de Goiás	56	100	78,0
Fund. UF de Uberlândia	66	87	76,5
Fund. UF de Pelotas	74	78	76,0
UF do Rio Grande do Norte	60	90	75,0
Fund. Univ. do Rio Grande	58	91	74,5
UF do Espírito Santo	47	95	71,0
UF Rural de Pernambuco	27	43	35,0
UF de Alagoas	39	24	31,5
Fund. UF de Mato Grosso	18	41	29,5
Fund. UF de M. Grosso do Sul	4	27	15,5
Fund. UF de Ouro Preto	11	18	14,5
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	13	12	12,5
Fund. Univ. do Amazonas	14	11	12,5
Fund. Univ. do Maranhão	12	11	11,5
UF de Juiz de Fora	17	4	10,5
Fund. UF de Sergipe	4	4	4,0
Fund. UF do Piauí	1	-	0,5
Brasil	7 659	9 241	8 450,0

Fonte: CAPES/MEC.

Por fim, são apresentados, na tabela 3.11, os totais gerais das publicações realizadas por intermédio de autores vinculados às universidades federais. Nesse caso, os índices obtidos teriam que situar-se entre os dois anteriormente referidos.

TABELA 3.11
Total de Trabalhos Científicos Publicados por Universidade

Universidades	1996	1997	Média
UF do Rio de Janeiro	3 841	4 143	3 992,0
UF de São Paulo	2 849	3 898	3 373,5
UF do Rio Grande do Sul	3 080	3 626	3 353,0
UF de Minas Gerais	1 908	2 584	2 246,0
UF de Pernambuco	1 678	2 000	1 839,0
UF do Paraná	1 581	1 838	1 709,5
Fund. Univ. de Brasília	1 425	1 674	1 549,5
UF de Santa Catarina	1 261	1 602	1 431,5
UF Fluminense	1 313	1 415	1 364,0
UF da Bahia	900	1 186	1 043,0
UF do Ceará	885	1 014	949,5
Fund. UF de Viçosa	714	889	801,5
Fund. UF de São Carlos	742	779	760,5
UF da Paraíba	747	763	755,0
UF de Lavras	710	615	662,5
UF de Santa Maria	349	652	500,5
UF do Pará	429	448	438,5
Fund. UF de Pelotas	320	416	368,0
UF de Goiás	318	413	365,5
UF Rural do Rio de Janeiro	316	395	355,5
Fund. UF de Uberlândia	265	384	324,5
UF do Rio Grande do Norte	290	338	314,0
UF Rural de Pernambuco	196	379	287,5
Fund. Univ. do Rio Grande	249	227	238,0
UF do Espírito Santo	176	217	196,5
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	202	154	178,0
Fund. UF de Mato Grosso	104	202	153,0
UF de Juiz de Fora	117	87	102,0
UF de Alagoas	85	72	78,5
Fund. UF de M. Grosso do Sul	30	106	68,0
Fund. Univ. do Maranhão	29	72	50,5
Fund. Univ. do Amazonas	49	38	43,5
Fund. UF de Ouro Preto	17	56	36,5
Fund. UF de Sergipe	39	33	36,0
Fund. UF do Piauí	14	16	15,0
Brasil	27 228	32 731	29 979,5

Fonte: CAPES/MEC.

3.2 Conclusões

Os indicadores de desempenho aqui apresentados deixam claro que houve não só ampliação do acesso às universidades federais como também aumento na produção de bens e serviços disponibilizados à sociedade. Na área do ensino de graduação, o acesso foi ampliado em cerca de 11%, entre o início e o final do período compreendido por este estudo. Do mesmo modo, houve significativo aumento no total de alunos diplomados, também de cerca de 11%, po-

rém em período menor (1995/1997). Ou seja, esse dado pode estar indicando redução no tempo de permanência do aluno na universidade e, com isso, aumento de produtividade.

A pós-graduação, *stricto sensu*, obteve índices ainda mais significativos do que a graduação. É certo que isso decorre, principalmente, do fato de a demanda reprimida ser maior nesse nível do ensino, tendo em vista a pequena participação do setor privado (9% do total da matrícula). Desse modo, tanto os cursos de mestrado como os de doutorado registraram crescimento da matrícula bastante superior ao da graduação (respectivamente, 10,3% e 33,5%, entre 1995 e 1997). Do mesmo modo, as taxas de crescimento do número de titulados foram superiores às do aumento da matrícula, em período semelhante (respectivamente, 30,6% e 53%). Duas prováveis causas para esse ganho expressivo seriam: (i) ampliação do número de programas, especialmente nos últimos cinco anos; e (ii) redução do tempo de duração das bolsas de estudos.

Finalmente, também houve ganhos em termos da produção científica, que pode ser inferida a partir do total de publicações realizadas. Nesse caso, apenas sete universidades tiveram, em 1997, volume de trabalhos publicados inferior ao do ano anterior. À exceção da UF de Lavras, todas as demais que registraram redução inserem-se no terço inferior do *ranking* de publicações por UF.

4 EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

4.1 Indicadores de Eficiência e de Produtividade

Foram adotados os seguintes indicadores de eficiência (IE) e de produtividade (IP) em relação aos serviços e produtos oferecidos pelas universidades federais brasileiras, os quais são apresentados no formato de um *ranking* institucional:

- (a) gasto por aluno (IE);
 - (b) gasto por servidor (IE);
 - (c) alunos por docente (IP);
 - (d) alunos por servidor técnico-administrativo (IP);
 - (e) concluintes na graduação sobre a matrícula total (IP);
 - (f) alunos da pós-graduação por docente (IP);
 - (g) titulados da pós-graduação por docente (IP); e
 - (h) publicações por docente (IP).
-

4.1.1 Gasto por Aluno

A primeira maneira de se estabelecer o gasto médio por aluno consiste em simplesmente dividir o total de recursos consumidos pelo número de alunos matriculados. No entanto, procedendo-se dessa maneira, incorre-se em alguns vieses, na medida em que se desconsideram os distintos níveis de atuação das instituições universitárias em relação às três funções clássicas que lhes são atribuídas (ensino, pesquisa e extensão). Além disso, esse método para se chegar a um índice médio de gasto encobre o fato de que há cursos mais onerosos e outros, menos. Por exemplo, sabe-se que os cursos na área da saúde são de custo bastante superior àqueles tidos como mais *teóricos* (administração, letras, pedagogia etc.). Por fim, haveria que se ponderar sobre os distintos níveis de ensino oferecidos pelas universidades, da educação infantil ao pós-doutorado.

Tendo-se em vista que, na composição do gasto total, além das despesas ordinárias, incluem-se os dispêndios com previdência, os gastos com manutenção dos hospitais universitários e o pagamento de sentenças judiciais, torna-se questionável o seu uso como parâmetro para a definição de um gasto médio por aluno. Somente com previdência foram consumidos cerca de 27% dos recursos do MEC destinados às universidades federais, em 1998, enquanto a manutenção dos hospitais de ensino foi responsável por 9% do gasto total realizado em 1996.⁸ De modo semelhante, o pagamento de precatórios chegou a comprometer, em 1997, 8,5% dos recursos do MEC transferidos às universidades federais. Em face do exposto, pode-se mensurar o grau de comprometimento dos recursos da União com o custeio de despesas não regulares, ou mesmo daquelas que afetam apenas parcialmente o ensino em sentido estrito.

(a) Gasto por aluno de graduação

O indicador de gasto por aluno, construído a partir dessa simplificação da complexa realidade que encerra o cumprimento da missão universitária, deve ser considerado com ressalvas. No entanto, é nesse formato que esse indicador vem sendo veiculado junto à sociedade, com vistas à defesa da tese de que os gastos da União com o ensino superior, além de excessivos, estariam beneficiando segmentos sociais já privilegiados.

A utilização desse método de construção do indicador, no presente estudo, tem por objetivo apenas evidenciar o quanto essa forma de cálculo superdimensiona os índices, se comparada ao procedimento, aqui considerado como mais adequado, que exclui as despesas não operacionais e pondera os distintos graus de ensino ofertados pelas universidades.

A tabela 4.1 apresenta o gasto médio por aluno de graduação, obtido pela divisão simples do gasto total pelo número de alunos matriculados em cada ano do período.

⁸ Optou-se por apresentar o dado referente a 1996, uma vez que, a partir do ano seguinte, as despesas de pessoal com a chamada operacionalização do SUS foram deslocadas do Subprograma 428 (Assistência Médica Sanitária) para o de Ensino de Graduação (Subprograma 205).

TABELA 4.1
Gasto Médio por Aluno de Graduação, nas Universidades Federais

Universidades	(Em R\$)				
	1995	1996	1997	1998	Gasto Médio
UF São Paulo	138 676,97	154 330,93	137 297,97	131 430,35	140 342,44
Fund. UF Viçosa	29 780,85	22 290,23	20 122,02	19 713,72	22 863,79
UF Rio Grande do Norte	18 004,21	18 600,68	30 012,10	24 048,79	22 834,06
UF Rio de Janeiro	24 596,37	19 380,52	21 023,67	21 505,91	21 476,37
UF Minas Gerais	19 452,09	18 421,29	20 096,32	18 782,38	19 173,06
UF Santa Maria	23 715,26	16 821,95	18 330,18	17 191,34	18 997,11
UF Paraná	17 925,58	16 248,19	16 370,63	19 874,77	17 573,09
UF Ceará	16 301,17	17 921,51	18 218,01	16 583,97	17 241,55
Fund. Univ. Brasília	15 055,91	15 374,62	16 397,89	18 729,64	16 453,55
UF Paraíba	16 355,22	16 444,13	15 808,04	15 972,17	16 138,47
UF de Lavras	16 181,28	15 145,01	15 622,89	16 768,77	15 933,55
UF Rio Grande do Sul	16 070,57	15 124,96	14 856,17	15 366,83	15 344,58
Fund. UF Ouro Preto	14 591,11	15 317,02	15 701,18	14 211,71	14 946,86
UF Fluminense	16 939,39	16 875,37	12 783,81	14 190,15	14 946,59
Fund. Univ. Rio Grande	15 101,70	15 339,95	14 590,55	14 709,27	14 929,45
UF Rural Rio de Janeiro	13 560,74	14 865,78	15 616,70	15 393,20	14 855,27
Fund. UF Pelotas	13 967,92	13 508,69	13 927,36	13 274,02	13 653,75
UF Santa Catarina	13 904,09	13 555,16	12 079,10	15 488,87	13 648,90
UF Alagoas	14 143,30	13 034,42	15 600,90	11 706,77	13 561,13
Fund. UF Uberlândia	13 911,26	14 383,54	13 510,99	12 502,27	13 530,98
Fund. Univ. Maranhão	13 659,81	12 269,55	16 233,31	11 771,83	13 484,67
UF Goiás	12 406,75	13 097,21	14 031,40	13 820,57	13 355,39
Fund. UF do M. Grosso do Sul	12 698,93	12 877,16	14 921,61	12 287,20	13 192,20
Fund. Univ. Rio de Janeiro	13 007,91	10 880,43	14 417,45	13 397,59	12 848,76
UF Pernambuco	12 665,03	12 627,58	12 685,91	12 561,54	12 634,42
UF Bahia	11 373,75	12 666,02	12 404,65	12 923,39	12 348,83
Fund. UF S Carlos	13 593,05	12 058,26	11 401,03	11 565,41	12 102,09
Fund. UF Acre	13 593,58	12 308,80	11 895,23	10 091,78	11 878,84
UF Juiz de Fora	10 706,11	11 303,20	11 666,92	11 545,11	11 315,59
UF Espírito Santo	11 711,62	10 827,60	10 866,01	11 215,39	11 148,87
Fund. UF Mato Grosso	10 692,00	10 832,32	10 872,84	10 877,43	10 820,52
UF Rural Pernambuco	10 537,85	10 384,60	10 618,56	10 388,25	10 479,97
Fund. UF Piauí	9 127,78	10 925,49	9 044,29	10 962,89	10 031,37
UF Pará	10 075,52	8 416,99	9 059,02	8 801,28	9 093,45
Fund. Univ. Amazonas	11 092,16	7 169,91	9 624,93	8 451,06	8 820,93
Fund. UF Sergipe	8 467,03	9 186,66	8 776,34	8 662,70	8 773,43
Fund. UF Rondônia	5 112,74	4 499,79	4 724,00	6 258,54	5 178,01
UF Roraima	6 912,91	5 078,00	4 561,62	4 033,08	4 864,60
Fund. UF Amapá	2 469,28	2 403,63	3 170,68	2 936,72	2 731,34
Gasto médio	15 330,49	14 449,73	14 990,34	14 846,04	14 898,07

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 4.2
Gasto Operacional por Aluno de Graduação nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	1998	Gasto Médio
UF São Paulo	119 469,58	131 010,14	122 726,69	116 006,14	122 261,98
UF Rio de Janeiro	18 150,68	14 172,14	15 479,05	14 441,46	15 444,28
Fund. UF Viçosa	15 913,84	14 981,32	15 419,98	14 791,94	15 259,62
UF Minas Gerais	14 184,09	12 712,47	13 568,40	12 106,80	13 112,98
UF Rio Grande do Norte	13 886,88	13 833,36	12 536,07	11 798,85	12 955,49
Fund. Univ. Brasília	12 171,94	12 047,64	12 417,32	12 855,57	12 385,75
UF de Lavras	11 577,94	11 925,55	12 494,63	13 202,86	12 314,05
UF Paraná	12 946,85	11 478,57	10 118,99	14 078,79	12 104,90
Fund. UF Ouro Preto	12 584,78	12 442,07	12 092,87	10 979,66	11 986,39
UF Santa Maria	12 206,52	12 420,51	10 796,04	11 653,93	11 764,30
Fund. Univ. Rio Grande	12 413,93	12 079,29	11 412,76	10 940,07	11 690,87
UF Paraíba	12 403,14	12 557,58	10 989,17	10 724,53	11 643,15
Fund. UF Uberlândia	12 082,17	12 205,52	11 092,04	10 114,26	11 318,82
Fund. UF Mato Grosso Sul	11 296,03	11 158,13	11 968,90	10 372,34	11 179,67
UF Fluminense	13 009,91	12 344,03	8 782,23	9 929,16	10 774,59
UF Rural Rio de Janeiro	9 877,58	10 659,55	11 050,49	10 479,31	10 512,46
Fund. UF São Carlos	12 135,69	10 552,02	9 615,92	9 513,54	10 386,74
UF Santa Catarina	10 970,97	10 672,95	8 252,65	11 295,91	10 192,57
UF Ceará	11 234,03	10 944,82	10 104,00	8 775,08	10 172,85
Fund. Univ. Rio de Janeiro	10 641,98	8 694,24	10 887,91	10 235,35	10 046,54
Fund. UF Pelotas	10 222,32	9 720,70	9 659,45	9 008,94	9 624,68
Fund. UF Acre	12 283,22	10 355,18	8 158,28	8 172,92	9 574,35
UF Goiás	9 325,96	9 145,11	9 986,42	9 624,49	9 523,47
UF Rio Grande do Sul	10 283,40	9 239,66	8 299,16	9 427,22	9 299,70
UF Alagoas	10 918,51	9 518,63	8 382,65	8 065,16	9 122,55
Fund. UF Mato Grosso	9 007,86	9 156,98	8 085,70	8 016,41	8 563,46
UF Pernambuco	9 211,42	8 336,87	7 968,93	7 772,30	8 323,12
UF Espírito Santo	8 939,96	8 100,24	7 882,79	8 061,76	8 236,79
UF Bahia	7 700,35	8 489,40	7 769,60	8 068,65	8 005,91
UF Juiz de Fora	7 821,66	7 743,83	7 831,59	7 803,74	7 800,45
Fund. Univ. Maranhão	7 504,78	8 096,61	7 337,30	7 718,49	7 664,10
Fund. UF Piauí	7 621,11	7 560,26	6 953,66	6 633,71	7 178,13
Fund. Univ. Amazonas	9 052,52	5 904,34	7 441,34	6 240,01	6 949,95
UF Pará	7 985,79	6 358,78	6 306,53	6 120,81	6 703,21
UF Rural Pernambuco	6 634,94	6 697,96	6 306,19	5 899,19	6 376,33
Fund. UF Sergipe	6 622,64	6 989,56	5 882,54	5 485,87	6 222,13
UF Roraima	6 832,06	5 020,84	4 474,81	3 941,75	4 784,63
Fund. UF Rondônia	4 861,23	4 355,95	3 204,95	3 261,11	3 865,22
Fund. UF Amapá	2 469,28	2 403,63	3 164,44	2 905,09	2 721,59
Gasto médio	11 348,03	10 609,26	10 064,72	10 063,76	10 501,57

Fonte: SIAFI/SIDOR.

TABELA 4.3
Gasto Operacional Ponderado por Aluno nas
Universidades Federais

Universidades	1997
UF de São Paulo	35 852,43
Fund. UF de M. Grosso do Sul	11 662,22
UF do Rio Grande do Norte	11 618,52
Fund. UF de Ouro Preto	11 158,11
UF de Minas Gerais	10 539,65
Fund. UF de Viçosa	10 421,55
Fund. Univ. de Brasília	10 268,06
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	10 173,38
UF do Rio de Janeiro	10 164,31
Fund. Univ. do Rio Grande	10 111,71
Fund. UF de Uberlândia	9 763,21
UF da Paraíba	9 639,85
UF de Santa Maria	9 375,77
UF Rural do Rio de Janeiro	9 080,45
UF de Goiás	9 002,25
UF do Paraná	8 690,61
UF do Ceará	8 563,48
Fund. UF de Pelotas	8 349,95
UF de Alagoas	8 086,54
UF de Lavras	7 974,05
UF Fluminense	7 809,61
Fund. UF de Mato Grosso	7 806,94
Fund. UF do Acre	7 711,64
UF do Espírito Santo	7 309,79
Fund. Univ. do Amazonas	7 262,38
UF da Bahia	7 000,80
Fund. UF do Piauí	6 909,98
UF de Pernambuco	6 632,95
UF de Juiz de Fora	6 577,19
Fund. UF de São Carlos	6 514,01
Fund. Univ. do Maranhão	6 504,15
UF de Santa Catarina	6 008,22
UF do Rio Grande do Sul	5 752,19
UF Rural de Pernambuco	5 673,77
UF do Pará	5 624,57
Fund. UF de Sergipe	5 613,95
UF de Roraima	3 909,98
Fund. UF de Rondônia	3 204,95
Fund. UF do Amapá	3 164,44
Brasil	8 401,72

Fonte: SIAFI/SIDOR.

Conforme pode ser observado na tabela 4.1, a variação dos gastos médios entre as universidades brasileiras é aparentemente excessiva. Entretanto, ela encobre realidades completamente distintas. No caso da Universidade Federal de São Paulo, de-

tentora do maior índice, parcela considerável de seus gastos destina-se à manutenção do Hospital São Paulo, função que não é desempenhada, por exemplo, pela instituição que apresentou o menor gasto *per capita*, a Fundação Universidade Federal do Amapá – instituição que se dedica quase exclusivamente ao ensino e que dispõe de um corpo docente pouco titulado.⁹

Tomando-se o gasto *per capita* dessa última, constata-se que seria equivalente ao custo estimado, para as famílias, de um aluno matriculado no ensino privado [Schwartzman *et alii*, 1996].

Em termos médios, houve diminuição do gasto por aluno, em cerca de 3,2%. Isso ocorreu devido ao fato de que 23 universidades tiveram seus índices reduzidos entre o início e o final do período.

(b) Gasto operacional por aluno de graduação

Outro índice pode ser obtido, mantendo-se o denominador e alterando-se o numerador, subtraindo-se do gasto total aqueles dispêndios que não afetariam o curso normal das atividades cotidianas. Trata-se dos pagamentos a aposentados e pensionistas e das despesas extraordinárias com sentenças judiciais. Desse modo, o gasto médio por aluno, para o conjunto das universidades federais, sofre decréscimo de cerca de 30%. Além disso, observa-se que, ao longo do período, houve redução contínua do índice médio para o conjunto das universidades (de R\$ 11 348 para R\$ 10 064)

Nesse enfoque, a variação do gasto médio por aluno foi bem mais expressiva do que na modalidade anterior. Apenas nove universidades apresentaram crescimento do índice entre 1995 e 1998, o que foi insuficiente para conter a redução de 11,3% sobre a taxa média para o conjunto das instituições, no período.

(c) Gasto operacional ponderado por aluno

Os indicadores de gasto por aluno anteriormente apresentados não contemplam a heterogeneidade dos serviços prestados pelas universidades federais, na medida em que apenas consideram os cursos de graduação. Sabe-se que o custo de um professor na pós-graduação é bastante superior ao daquele que atua apenas na graduação, tanto pela menor relação alunos/docente, própria daquele nível do ensino, como pela titulação mínima exigida. Portanto, um indicador de gasto por aluno que refletisse de modo mais consistente essa heterogeneidade foi elaborado a partir da consideração do alunado em todos os níveis de ensino oferecidos pelas universidades, o que implicou a atribuição de pesos distintos para cada qual desses níveis.

Considerando-se esses distintos graus de complexidade, foram adotados como critérios de ponderação os coeficientes propostos por Bowen e apresentados por

⁹ Em 1998, apenas 18% dos docentes da Fundação Universidade Federal do Amapá apresentavam titulação mínima de mestre, contra 93% dos docentes da Universidade Federal de São Paulo.

Schwartzman (1998, p. 159). Sob esse enfoque, o aluno matriculado até o ensino médio seria equivalente a 0,5 de um aluno de graduação; o aluno de mestrado ou doutorado, por sua vez, equivaleria a 2 alunos de graduação. Dada a dificuldade de obterem-se dados sobre a pós-graduação *lato sensu* (especialização), bem como pela irregularidade de sua oferta, esse alunado foi desconsiderado para efeito da obtenção desse indicador. Além disso, esses cursos têm sido oferecidos mediante a contrapartida do pagamento de taxas e mensalidades pelos alunos, conforme legislação em vigor que autoriza essa prática, de tal modo que não seria legítimo vinculá-los aos recursos emanados do MEC.

A inclusão dos diversos níveis de ensino oferecidos pelas universidades federais possibilitou a obtenção de um indicador de gasto por aluno mais compatível com a heterogeneidade que se estabelece entre essas instituições. Para aquelas que só ofereciam a graduação, não houve de fato qualquer alteração em relação aos índices obtidos por intermédio das formas anteriores de cálculo desse indicador. Porém, entre as universidades cujos programas de pós-graduação são expressivos, houve substancial diminuição nos índices de gasto por aluno.

Entretanto, mesmo sendo esse método de cálculo do indicador de gasto por aluno mais apropriado que os outros dois utilizados anteriormente, os índices aqui apresentados ainda encobrem a heterogeneidade devido tanto à natureza dos cursos oferecidos quanto aos bens e serviços produzidos por intermédio dos demais eixos estruturantes da missão universitária: a pesquisa e a extensão.

4.1.2 Gasto por Servidor Pretendeu-se, sob esse enfoque, identificar como estão sendo distribuídos os recursos financeiros voltados ao custeio das despesas com pessoal. Nesse sentido, foram concebidas duas modalidades de cálculo desse indicador. Na primeira, os servidores são considerados segundo seu regime de trabalho. Tendo em vista que apenas na categoria dos docentes há variação em termos de carga horária de trabalho, estes foram classificados segundo os dois contratos de trabalho predominantes: (i) tempo parcial (TP), com carga horária semanal de 20 horas; e (ii) tempo integral (TI), com 40 horas semanais de dedicação exclusiva. A outra modalidade de construção desse indicador de gasto, por sua vez, contemplou não apenas o regime de trabalho mas também a titulação do servidor, que implica diferenciais expressivos no quadro de salários.

Para ambas as modalidades, tomou-se o montante de recursos despendidos para fazer frente às despesas regulares (operacionais) com pessoal. Desse modo, excluíram-se os gastos com aposentadorias e pensões, bem como aqueles destinados ao pagamento de precatórios trabalhistas.

(a) Gasto por servidor ponderado pelo regime de trabalho

Entre as dezesseis universidades que obtiveram índice superior à média brasileira, pelo menos oito não têm grande tradição em pesquisa. Além disso, só algumas administram hospitais de ensino, o que constitui fator de elevação do gasto *per capita*.

De acordo com a tabela 4.4, a instituição que apresentou o maior índice de gasto por servidor foi a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Entretanto, considerados os fatores que interferem na composição desse gasto, entre os quais o nível de formação dos servidores, verifica-se que essa instituição não apresentava índices compatíveis com esse nível de gasto *per capita*. Por exemplo, em 1997, apenas 54% de seus docentes tinham titulação mínima de mestre, enquanto, em outras universidades que registraram índices de gasto inferiores ao seu, os docentes titulados representavam percentuais bem mais expressivos: UF de São Paulo (92%); Fund. UF de São Carlos (90%); UF de Lavras (86%); UF do Rio de Janeiro (79%); e Fund. Universidade de Brasília (69%).

Do mesmo modo, outras instituições que figuravam entre as dez primeiras no tocante ao gasto por servidor também não dispunham de corpo docente com titulação que justificasse seus índices de gasto. São elas: Fund. Univ. do Maranhão; Fund. Univ. do Rio Grande; Fund. UF do Acre; e UF de Alagoas. Todas tinham índice de titulação docente abaixo de 50%.

No tocante aos servidores técnico-administrativos, apesar de as discrepâncias não serem tão acentuadas, os índices de servidores com nível superior da Fund. Univ. do Maranhão e da UF do Acre situavam-se entre os mais baixos das dez instituições mencionadas.

(b) Gasto por servidor ponderado pelo regime de trabalho e titulação

Com esse método, buscou-se corrigir, ainda que de forma precária, possíveis vieses devido aos distintos níveis de titulação dos quadros de pessoal das universidades federais. Desse modo, os servidores técnico-administrativos foram subdivididos em duas categorias (intermediário e superior), tendo-se, como critério, a tabela de vencimentos vigente para o funcionalismo das universidades federais. Assim, atribuiu-se aos servidores da primeira categoria o valor equivalente a 0,62 de um servidor com formação de nível superior. Esse coeficiente foi obtido pela média dos vencimentos inicial e final, constantes do Plano de Cargos e Salários das instituições federais de ensino superior.

TABELA 4.4
Gasto por Servidor Ponderado pelo Regime de Trabalho
nas Universidades Federais

Universidades	1997
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	42 341,22
UF de São Paulo	36 946,71
Fund. Univ. do Rio Grande	28 293,72
Fund. Univ. de Brasília	28 103,54
Fund. Univ. do Maranhão	26 933,59
UF do Rio de Janeiro	26 693,52
Fund. UF do Acre	24 759,09
UF de Lavras	24 331,09
Fund. UF de São Carlos	24 329,92
UF de Alagoas	24 280,29
Fund. UF do Piauí	24 230,38
UF Rural do Rio de Janeiro	23 967,90
UF de Santa Catarina	23 939,75
Fund. UF de Rondônia	23 615,08
UF do Pará	23 285,46
Fund. UF de Mato Grosso	23 081,21
UF de Minas Gerais	22 557,95
UF do Rio Grande do Sul	21 966,84
UF de Roraima	21 898,13
Fund. UF de Pelotas	21 735,99
UF Rural de Pernambuco	21 536,42
UF de Goiás	21 518,09
Fund. UF de Ouro Preto	21 496,78
UF Fluminense	21 459,63
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	21 384,96
Fund. UF de Uberlândia	21 321,00
UF do Paraná	21 181,92
UF da Bahia	21 159,00
UF de Santa Maria	21 094,21
Fund. Univ. do Amazonas	20 880,13
Fund. UF de Sergipe	20 622,42
UF da Paraíba	20 230,56
UF do Rio Grande do Norte	20 105,64
UF do Ceará	19 840,15
UF de Juiz de Fora	19 770,46
UF de Pernambuco	18 735,24
UF do Espírito Santo	17 818,08
Fund. UF do Amapá	17 667,02
Fund. UF de Viçosa	16 866,84
Brasil	22 781,29

Fontes: SIAFI/SIDOR e SESU/MEC.

No caso dos docentes, foram considerados os diferenciais salariais que fazem jus às diferentes titulações. Nesse sentido, um professor especializado correspondeu a 1,12 de um docente graduado, enquanto que, aos mestres e doutores, foram atribuídos, respectivamente, coeficientes de 1,25 e 1,50.

TABELA 4.5
Gasto por Servidor Ponderado pelo Regime de
Trabalho e Titulação nas Universidades Federais

Universidades	1997
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	34 733,61
Fund. Univ. do Rio Grande	30 673,83
Fund. Univ. do Maranhão	30 125,93
UF do Rio de Janeiro	30 087,26
Fund. Univ. de Brasília	30 025,38
Fund. UF do Acre	28 932,44
UF Rural do Rio de Janeiro	27 424,60
Fund. UF do Piauí	27 313,37
UF de Alagoas	26 460,51
Fund. UF de Ouro Preto	26 218,79
Fund. UF de Mato Grosso	25 604,97
Fund. UF de Uberlândia	25 352,51
UF de Santa Catarina	24 987,83
Fund. UF de Rondônia	24 923,46
UF de Lavras	24 898,56
UF de São Paulo	24 882,64
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	24 772,81
UF de Minas Gerais	24 518,00
UF do Pará	24 504,71
UF Rural de Pernambuco	24 494,75
Fund. UF de São Carlos	24 399,61
Fund. UF de Pelotas	24 340,82
UF de Goiás	24 104,39
UF Fluminense	24 039,85
UF de Santa Maria	23 996,48
UF do Rio Grande do Sul	23 928,39
Fund. Univ. do Amazonas	23 792,89
UF da Bahia	23 777,97
UF do Paraná	23 224,07
UF da Paraíba	22 822,73
UF do Rio Grande do Norte	22 785,04
Fund. UF de Sergipe	22 687,50
UF do Ceará	22 381,68
UF de Roraima	22 152,49
Fund. UF do Amapá	21 675,33
UF de Pernambuco	21 404,37
UF de Juiz de Fora	21 138,71
Fund. UF de Viçosa	20 923,25
UF do Espírito Santo	20 309,48
Brasil	25 002,65

Fontes: SIAFI/SIDOR e SESU/MEC.

Se o gasto médio por servidor é obtido por meio de ponderação do regime de trabalho e da titulação (tabela 4.5), observa-se predomínio ainda maior das universidades com menores índices de titulação de pessoal, entre as dez que apresentaram os maiores gastos *per capita*. Pode-se inferir, a partir desses resultados, que outro(s) fator(es) estaria(m) interferindo na formação desse índice; por exemplo, as vantagens salariais incorporadas por meio de sentenças judiciais, as quais não se aplicam a todas as instituições.

4.1.3 Alunos por Docente

Para efeito da construção desse indicador, utilizou-se o total ponderado de alunos, enquanto os docentes foram considerados segundo duas situações distintas: (i) pelo número absoluto; e (ii) pelo total ponderado segundo o regime de trabalho. Nesse caso, o número de professores com regime de trabalho de vinte horas foi multiplicado pelo fator 0,5.

Para ambos os critérios existem argumentos que justificam sua adoção. No primeiro caso, pode-se argumentar que os docentes estariam dedicando semelhante carga horária ao ensino e que o diferencial de vinte horas entre ambos os regimes corresponde, de fato, a atividades de pesquisa, de extensão e administrativas. Entretanto, pode-se contra-argumentar que o ensino não se reduz às atividades de sala-de-aula e, portanto, os docentes em regime de 20 horas teriam menor disponibilidade de atendimento aos alunos.

A tabela 4.6 mostra que a maior proporção entre alunos e docente coube à Fundação Universidade Federal do Amapá. Isso pode ser explicado pelo fato de tal instituição dedicar-se exclusivamente, àquela época, ao ensino de graduação. Além disso, há que se considerar que essa universidade, por ser a mais jovem entre as federais, teria pouca tradição no desempenho das demais missões universitárias.

Considerado o total de docentes ponderado, verificam-se duas tendências distintas. As universidades com pouca tradição em produção científica registram aumento do número de alunos por docente, enquanto as instituições com perfil oposto também apresentam comportamento inverso. Os exemplos extremos dessas categorias ficam por conta, respectivamente, da Fundação Universidade Federal do Amapá, cujo índice amplia-se em 18,1%, e da Universidade Federal de São Paulo, que teve o seu índice decrescido em 20,8%. Essas tendências identificadas sugerem a existência de correlação entre maior proporção de docentes em tempo integral e maior produção científica.

4.1.4 Alunos por Servidor Técnico-Administrativo

Esse indicador pouco revela sobre a eficiência das universidades, na medida em que encobre as diferentes funções que exercem. Em instituições que se dedicam quase exclusivamente ao ensino, observa-se maior relação de alunos por servidor, como no caso das três universidades que figuram no topo da tabela 4.7.

No entanto, aquelas que oferecem cursos mais complexos e, principalmente, que têm sob sua administração hospitais de ensino apresentam índices bem mais modestos que os das instituições que encabeçam essa tabela, como é o caso extremo da Universidade Federal de São Paulo.

TABELA 4.6
Alunos Ponderados pelo Nível de Ensino por Docentes em Exercício e por Docentes em Exercício, Ponderados pelo Regime de Trabalho e Titulação, nas Universidades Federais

Universidades	Alunos/Doc. Exerc.	Alunos/Doc. Pond.	Var. (%)
Fund. UF do Amapá	16,5	19,5	18,1
UF Rural de Pernambuco	13,1	13,3	2,1
Fund. UF de Rondônia	12,7	13,9	9,2
Fund. Univ. de Brasília	11,7	11,9	2,2
Fund. UF de Sergipe	11,7	12,2	4,8
UF do Rio de Janeiro	11,4	10,9	-3,8
UF de Santa Catarina	11,4	11,1	-2,4
Fund. Univ. do Maranhão	11,1	11,8	6,2
UF do Paraná	11,0	12,2	10,4
UF Fluminense	10,2	11,1	8,1
Fund. UF de São Carlos	10,2	9,6	-6,2
UF do Rio Grande do Sul	10,1	10,8	7,0
Fund. Univ. do Amazonas	10,0	10,5	5,3
UF de Pernambuco	9,9	10,7	7,9
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	9,8	10,2	3,9
Fund. UF de Viçosa	9,8	9,0	-7,8
UF do Pará	9,6	10,0	4,6
UF de Lavras	9,5	8,4	-12,0
UF de Santa Maria	9,5	9,4	-0,5
Fund. UF do Acre	9,5	9,9	4,2
Fund. UF de Uberlândia	9,4	9,3	-1,3
UF do Ceará	9,3	9,3	-0,7
UF de Goiás	9,3	9,6	3,9
UF do Espírito Santo	9,3	9,6	3,9
UF da Bahia	9,2	10,5	14,7
UF Rural do Rio de Janeiro	9,2	9,2	0,1
UF de Roraima	9,1	9,5	3,9
Fund. UF do Piauí	8,9	9,9	11,2
Fund. UF de Mato Grosso	8,8	8,8	0,2
UF de Juiz de Fora	8,7	9,2	6,5
UF de Minas Gerais	8,3	8,6	2,9
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	7,9	8,6	8,9
UF de Alagoas	7,9	8,4	6,9
Fund. UF de Pelotas	7,7	8,0	3,9
Fund. UF de Ouro Preto	7,7	7,6	-0,2
Fund. Univ. do Rio Grande	7,4	7,7	3,2
UF de São Paulo	7,1	5,7	-20,8
UF da Paraíba	7,1	7,1	-0,3
UF do Rio Grande do Norte	6,3	6,5	1,9
Brasil	9,5	9,8	2,7

Fontes: INEP/MEC e SESU/MEC.

TABELA 4.7
Alunos Ponderados pelo Nível de Ensino por Servidor
Técnico-Administrativo, nas Universidades Federais

Universidades	1997
Fund. UF de Rondônia	24,5
UF de Roraima	24,4
Fund. UF do Amapá	17,2
UF do Pará	9,4
Fund. UF de São Carlos	8,2
UF de Santa Catarina	7,8
Fund. Univ. do Maranhão	7,8
UF de Juiz de Fora	7,6
UF do Rio Grande do Sul	7,6
Fundação Univ. de Brasília	7,5
Fund. UF de Sergipe	7,1
Fund. UF do Piauí	6,8
UF de Lavras	6,8
UF Rural de Pernambuco	6,6
Fund. UF de Mato Grosso	6,5
Fund. UF do Acre	5,9
Fund. Univ. do Amazonas	5,9
UF de Alagoas	5,6
UF do Paraná	5,6
Fund. Univ. do Rio Grande	5,5
UF de Pernambuco	5,4
UF de Goiás	5,3
UF da Bahia	5,3
UF Fluminense	5,2
Fund. UF de Pelotas	5,1
UF de Minas Gerais	4,9
UF do Espírito Santo	4,8
UF Rural do Rio de Janeiro	4,6
UF de Santa Maria	4,3
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	4,2
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	4,1
UF do Ceará	4,1
UF do Rio de Janeiro	3,9
UF da Paraíba	3,7
Fund. UF de Ouro Preto	3,5
Fund. UF de Uberlândia	3,2
UF do Rio Grande do Norte	3,1
Fund. UF de Viçosa	2,5
UF de São Paulo	1,3
Brasil	5,1

Fonte: INEP/MEC e SESU/MEC.

TABELA 4.8
Concluintes de Graduação em Relação à
Matrícula Total na Graduação, nas Universidades Federais

Universidades	1995	1996	1997	Média
UF de Minas Gerais	0,185	0,186	0,188	0,186
UF de São Paulo	0,150	0,168	0,226	0,182
UF de Goiás	0,172	0,167	0,168	0,169
UF de Juiz de Fora	0,153	0,170	0,172	0,165
UF do Rio Grande do Norte	0,138	0,166	0,146	0,150
Fund. UF de Viçosa	0,142	0,140	0,162	0,148
Fund. UF do Acre	0,160	0,137	0,139	0,144
UF do Paraná	0,132	0,155	0,145	0,144
UF de Lavras	0,137	0,139	0,150	0,142
Fund. UF de Uberlândia	0,114	0,130	0,179	0,141
UF de Alagoas	0,132	0,124	0,155	0,137
Fund. UF de São Carlos	0,132	0,135	0,143	0,137
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	0,130	0,145	0,130	0,135
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	0,167	0,111	0,133	0,135
UF da Paraíba	0,133	0,131	0,132	0,132
UF de Santa Maria	0,129	0,140	0,125	0,131
Fund. UF de Pelotas	0,143	0,128	0,114	0,128
Fund. UF de Ouro Preto	0,112	0,138	0,132	0,128
UF do Ceará	0,136	0,131	0,115	0,127
UF Rural do Rio de Janeiro	0,100	0,129	0,149	0,126
UF do Rio de Janeiro	0,118	0,114	0,146	0,126
Fund. Univ. do Amazonas	0,141	0,092	0,159	0,125
UF da Bahia	0,115	0,126	0,131	0,124
UF do Espírito Santo	0,104	0,136	0,130	0,124
Fund. Univ. do Maranhão	0,112	0,125	0,126	0,121
Fund. UF de Mato Grosso	0,134	0,117	0,109	0,120
UF do Rio Grande do Sul	0,111	0,117	0,129	0,119
Fund. Univ. do Rio Grande	0,117	0,118	0,121	0,119
UF do Pará	0,124	0,123	0,107	0,118
Fund. Univ. de Brasília	0,107	0,127	0,116	0,117
Fundação UF do Piauí	0,112	0,123	0,114	0,116
UF de Santa Catarina	0,121	0,112	0,108	0,113
Fund. UF de Rondônia	0,115	0,120	0,082	0,105
Fund. UF do Amapá	0,103	0,101	0,103	0,102
UF de Pernambuco	0,109	0,100	0,095	0,102
UF Fluminense	0,108	0,107	0,084	0,098
Fund. UF de Sergipe	0,095	0,082	0,089	0,088
UF de Roraima	0,086	0,081	0,093	0,087
UF Rural de Pernambuco	0,079	0,061	0,075	0,071
Brasil	0,126	0,127	0,129	0,128

Fonte: INEP/MEC.

Mais que revelar a eficiência dessas instituições universitárias, esse indicador pode dar pistas sobre a complexidade dos serviços e produtos que oferecem.

4.1.5 Concluintes da Graduação sobre a Matrícula Total

Ao mesmo tempo que esse indicador pode evidenciar maior ou menor produtividade das universidades, também pode encobrir o estancamento da oferta de novas vagas. Além disso, deve-se considerar que esse indicador é diretamente influenciado por uma variável externa à universidade, que é a condição socioeconômica do estudante.

A maioria das instituições universitárias federais registrou aumento na relação entre o número de concluintes e o total de alunos matriculados, durante o período compreendido por este estudo, de tal modo que o índice médio para o conjunto das universidades também registrou algum crescimento.

Como foi mencionado, esse indicador não deve ser considerado em separado, pois a matrícula inicial em um dado ano pode ter sido ampliada em razão da abertura de novos cursos. Desse modo, verifica-se a diminuição da relação entre os concluintes e a matrícula total em tal período.

Portanto, torna-se necessário acompanhar o comportamento de ambas as variáveis para se concluir se, de fato, está havendo aumento, redução ou manutenção dos índices de produtividade em termos desse indicador. Sob esse aspecto, o crescimento do total de concluintes nas universidades federais foi bastante superior àquele verificado entre as instituições privadas (entre 1995 e 1997, foi da ordem de 11,2% entre as primeiras, enquanto, para as instituições privadas, situou-se em apenas 5,6%).

É possível que, no caso das instituições privadas, a principal variável explicativa esteja relacionada com a capacidade de custeio dos estudos por parte dos alunos. Portanto, se pelo lado da oferta de novas vagas o ensino privado continua à frente do público,¹⁰ o mesmo não se aplica à real produtividade em termos de alunos diplomados.

4.1.6 Alunos da Pós-Graduação por Docente

Tendo em vista que a base de dados sobre o total de docentes, aqui utilizada, inclui apenas aqueles que atuam em caráter permanente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, é possível que os índices obtidos por universidades cujos programas são menos estruturados estejam viesados pelo fato de contarem com maior número de docentes não efetivos. Além disso, o indicador que relaciona o número de titulados e o total de docentes também pode ser influenciado por fatores de ordem conjuntural. Por exemplo, os índices obtidos por algumas instituições podem ter sido ampliados em virtude da própria estagnação do(s) programa(s) existentes, ou seja, devido à interrupção ou mesmo à redução na admissão de novos alunos.

¹⁰ No período 1995/1998, as taxas de crescimento da matrícula foram de 24,7% para o conjunto das instituições privadas e de 14,9% para as redes públicas de ensino.

São apresentados na tabela 4.9 os indicadores que relacionam os alunos matriculados e os titulados, por docente. As instituições universitárias foram classificadas segundo a ordem decrescente dos índices relativos ao indicador constante da segunda coluna.

TABELA 4.9
Alunos Matriculados e Titulados na Pós-Graduação *Stricto Sensu*
por Docente, nas Universidades Federais – 1997

Universidades	Alunos Matric./Doc.	Alunos Tit./Doc.
Fund. UF de Sergipe	10,6	4,4
UF do Pará	7,9	1,4
UF de Santa Catarina	6,7	1,2
UF de São Paulo	6,6	1,9
UF do Espírito Santo	6,1	1,3
Fund. UF de Ouro Preto	6,1	1,2
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	5,8	1,7
UF do Rio de Janeiro	5,7	1,1
UF do Rio Grande do Sul	5,7	1,3
Fund. Univ. do Maranhão	5,2	0,9
UF de Juiz de Fora	5,1	1,1
Fund. Univ. do Amazonas	4,7	0,6
UF de Goiás	4,6	1,3
Fund. UF de Viçosa	4,6	1,4
UF de Santa Maria	4,6	1,5
Fund. UF de São Carlos	4,2	1,0
Fund. UF de Uberlândia	4,2	0,9
Fund. UF de Mato Grosso	4,1	1,2
Fund. Univ. de Brasília	4,0	1,2
UF de Lavras	4,0	1,0
UF do Paraná	3,8	0,8
UF de Minas Gerais	3,8	0,9
UF da Bahia	3,5	0,9
UF da Paraíba	3,5	0,8
UF de Pernambuco	3,4	0,8
UF Rural do Rio de Janeiro	3,4	0,8
UF do Ceará	3,4	0,9
Fund. UF de Pelotas	3,2	1,0
Fund. UF do Piauí	2,9	1,7
UF de Alagoas	2,8	0,3
UF Fluminense	2,8	0,6
UF do Rio Grande do Norte	2,6	0,8
UF Rural de Pernambuco	2,4	0,9
Fund. Univ. do Rio Grande	2,4	0,5
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	2,3	0,7
Brasil	4,5	1,0

Fonte: CAPES/MEC.

4.1.7 Publicações por Docente

Esse indicador pode ser construído de diferentes maneiras. Optou-se, para efeito deste estudo,

por duas: (i) número de publicações pelo total de docentes; e (ii) número de publicações pelo total de docentes com mestrado ou doutorado.

TABELA 4.10
Trabalhos Publicados por Docente
nas Universidades Federais

Universidades	1997
UF de São Paulo	6,24
UF de Lavras	2,10
UF do Rio Grande do Sul	1,72
UF do Rio de Janeiro	1,30
UF de Pernambuco	1,22
Fund. UF de São Carlos	1,20
Fund. UF de Viçosa	1,17
Fund. Univ. de Brasília	1,12
UF do Paraná	1,10
UF de Minas Gerais	1,06
UF Rural de Pernambuco	0,83
UF de Santa Catarina	0,76
UF do Ceará	0,71
UF Rural do Rio de Janeiro	0,64
UF da Bahia	0,64
UF Fluminense	0,59
Fund. UF de Pelotas	0,49
UF de Santa Maria	0,48
UF de Goiás	0,35
Fund. Univ. do Rio Grande	0,34
Fund. UF de Uberlândia	0,32
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	0,30
UF da Paraíba	0,27
UF do Pará	0,20
UF do Rio Grande do Norte	0,19
UF do Espírito Santo	0,18
Fund. UF de Mato Grosso	0,16
Fund. UF de Ouro Preto	0,14
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	0,13
UF de Juiz de Fora	0,09
UF de Alagoas	0,08
Fund. Univ. do Maranhão	0,07
Fund. UF de Sergipe	0,06
Fund. Univ. do Amazonas	0,04
Fund. UF do Piauí	0,02
Brasil	0,70

Fontes: CAPES/MEC e SESU/MEC.

Deve-se ressaltar que as universidades que, à época, não dispunham de programas de pós-graduação *stricto sensu* não figuram na base de dados sobre publicações produzida pela CAPES/MEC. Portanto, isso não significa que essas instituições não tenham realizado publicações ao longo do período, mas sim que a base de dados considerada não as incluía.

TABELA 4.11
Trabalhos Publicados por Docentes Titulados
nas Universidades Federais

Universidades	1997
UF de São Paulo	6,86
UF de Lavras	2,44
UF do Rio Grande do Sul	2,17
Fund. Univ. de Brasília	1,65
UF de Pernambuco	1,61
UF do Paraná	1,58
UF do Rio de Janeiro	1,54
UF de Minas Gerais	1,37
UF Rural de Pernambuco	1,37
Fund. UF de Viçosa	1,37
Fund. UF de São Carlos	1,29
UF de Santa Catarina	1,08
UF da Bahia	1,06
UF do Ceará	1,04
Fund. UF de Pelotas	0,99
UF de Santa Maria	0,98
UF Fluminense	0,90
UF Rural do Rio de Janeiro	0,88
Fund. Univ. do Rio Grande	0,77
UF de Goiás	0,62
Fund. UF de Uberlândia	0,59
UF do Pará	0,56
Fund. Univ. do Rio de Janeiro	0,55
UF da Paraíba	0,49
Fund. UF de Mato Grosso	0,41
UF do Rio Grande do Norte	0,40
UF do Espírito Santo	0,35
Fund. UF de Ouro Preto	0,25
Fund. Univ. do Maranhão	0,25
Fund. UF de Mato Grosso do Sul	0,23
UF de Juiz de Fora	0,20
UF de Alagoas	0,16
Fund. UF de Sergipe	0,12
Fund. Univ. do Amazonas	0,10
Fund. UF do Piauí	0,06
Brasil	1,18

Fontes: CAPES/MEC e SESU/MEC.

(a) *Índice de publicações por docente em geral*

O argumento que justifica essa forma de construção do indicador é o de que os docentes, que em sua maioria encontram-se sob o regime de trabalho conhecido por dedicação exclusiva, não deveriam limitar-se à função de ensino, mas também realizar atividades na área da produção do conhecimento, por intermédio da pesquisa científica ou, ainda, pela via da extensão universitária. Sob esse prisma, esse indicador revelaria o grau médio de envolvimento dos docentes universitários com a produção e a veiculação do conhecimento.

Conforme se observa na tabela 4.10, há considerável concentração dos trabalhos publicados em torno de algumas universidades, tendo em vista que apenas treze apresentam índices superiores à média nacional.

b) Índice de publicações por docente titulado

Com argumento contrário ao utilizado para justificar a construção do indicador anterior, aqui se consideram apenas os docentes que passaram por um processo formal de preparação para a investigação científica, com o mestrado, considerado como a instrumentalização mínima para a produção sistemática de pesquisas.

Apesar de essa forma de cálculo do indicador favorecer as instituições com menor proporção de docentes titulados, constata-se, por intermédio da tabela 4.11, que o número de universidades com índice superior ao da média nacional foi ainda menor que o registrado se considerado o total de docentes.

4.2 Conclusões Sob todos os aspectos ou enfoques aqui analisados, constataram-se ganhos de eficiência em relação aos gastos do MEC com as universidades federais. Desde o mais simplista, que consistiu em dividir o gasto total pelo número de alunos de graduação, até o mais complexo, que usa os conceitos de gasto operacional e pondera os alunos em função dos diversos níveis de ensino, os resultados evidenciaram *redução do gasto per capita*, entre o início e o final do período em estudo.

Outro indicador de eficiência – o gasto por servidor, obtido de duas maneiras distintas – não foi apresentado na forma de uma série histórica que permitisse a identificação de tendências evolutivas. Em parte, isso ocorreu devido à carência de dados confiáveis para o período 1995/1996. Assim, não se considerou oportuna ou legítima a identificação de tendências por meio de análise em período de tempo tão curto. Desse modo, pôde-se constatar que 8 entre as 12 UF, com gasto *per capita* superior à média nacional, apresentavam índice de titulação de docentes inferior ao índice médio do conjunto das UF. Essa constatação evidencia que *não existe correspondência direta entre as despesas de pessoal e o nível de titulação ou qualificação do quadro de servidores*.

Semelhante dificuldade surgiu por conta dos indicadores que relacionam alunos e docentes, e alunos e servidores técnico-administrativos. Tendo-se em vista que os dados relativos aos servidores¹¹ aqui utilizados restringiam-se aos exercícios de 1997 e 1998, optou-se também pela análise de apenas um desses anos, na medida em que tendência alguma poderia ser identificada considerando-se o referido período de tempo.

A maior parte dos resultados deste estudo indica que *as universidades federais têm demonstrado aumento de eficiência e eficácia*, apesar de seus gastos operacionais terem sido

¹¹ Dados do SESU/MEC.

comprimidos e, paralelamente, ter-se ampliado a matrícula e os quadros de profissionais formados, ao mesmo tempo em que cresceu sua produção científica.

Assim, o objetivo principal do presente estudo foi oferecer algumas evidências empíricas para o debate acerca da universidade pública no Brasil, e contribuir para a desideologização dos discursos, tanto daqueles de teor mais apologético, quanto os que visam à deslegitimação do ensino superior público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: exercício financeiro de 1995*. Lei n. 8 980, de 19 de janeiro de 1995. Quadro de detalhamento da despesa. Brasília: IN, 1995. v. I.
- _____. *Orçamentos da União: exercício financeiro de 1996*. Lei n. 9 275, de 9 de maio de 1996. Brasília: IN, 1996. v. II, tomo I.
- _____. *Orçamentos da União: exercício financeiro de 1997*. Lei n. 9 438, de 26 de fevereiro de 1997. Brasília, IN, 1997. v. II, tomo I.
- _____. *Orçamentos da União: exercício financeiro de 1998*. Projeto de Lei. Brasília: MPO/SOF, 1997. v. II, tomo I.
- GUSSO, D. A. (org.). *Educação e Cultura 1987: situação e políticas governamentais*. Brasília: IPEA, 1990 (Série IPEA,128).
- INEP. *Sinopse Estatística do Ensino Superior: graduação, 1995*. Brasília: INEP, 1998.
- _____. *Sinopse Estatística do Ensino Superior: graduação, 1996*. Brasília: INEP, 1998.
- _____. *Sinopse Estatística do Ensino Superior: graduação, 1997*. Brasília: INEP, 1998.
- _____. *Sinopse Estatística do Ensino Superior: graduação, 1998*. Brasília: INEP, 1999.
- SCHWARTZMAN, J. Um Sistema de Indicadores para as Universidades Brasileiras. In: SGUISSARDI, V. (org.). *Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior*. São Paulo: Campinas. Editores Associados, 1998, p. 149-175.
- _____. *Os Desacertos do Financiamento do Ensino Superior*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. mimeo
- SCHWARTZMAN, S. et al. *Ensino Superior: quando a exceção vira regra*. Rio de Janeiro: O Globo, dezembro, 1996, p. 7.
- TRAMONTIN, R. *Ensino Superior: uma agenda para repensar seu desenvolvimento*. Brasília: IPEA, outubro, 1995. (Texto para Discussão n. 388)
-